



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

CHRISTIE JEMILLY DE AQUINO MENDES

**FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO: A ACESSIBILIDADE CULTURAL  
NO CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

BELÉM  
2017

CHRISTIE JEMILLY DE AQUINO MENDES

**FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO: A ACESSIBILIDADE CULTURAL  
NO CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Artes Visuais do Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora Profa. Dra. Rosangela Marques de Britto.

BELÉM  
2017

# CHRISTIE JEMILLY DE AQUINO MENDES

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca Universitária da ETDUFPA-Belém-PA**

---

M538f      Mendes, Christie Jemilly de Aquino  
                Formação do museólogo: a acessibilidade cultural no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará / Christie Jemilly de Aquino Mendes. 2017.  
  
                Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Marques de Britto  
  
                Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Artes Visuais, Curso de Bacharelado em Museologia, Belém, 2017.  
  
                1. Museólogo – Formação profissional. 2. Museologia. 3. Museu inclusivo. 4. Acessibilidade cultural. I. Título.

CDD - 23. ed. 069.17

---

**Elaborado por Rosemarie de Almeida Costa – CRB-2/726**

# CHRISTIE JEMILLY DE AQUINO MENDES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS  
CURSO DE MUSEOLOGIA

## ATA DE AFERIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### AVALIAÇÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de abril do ano de 2017, às 14:00 horas, no auditório da Faculdade de Artes Visuais da UFPA, Av. Augusto Correa, nº 01, reuniu-se a BANCA EXAMINADORA do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Museologia intitulado "FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO: A ACESSIBILIDADE CULTURAL NO CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ", de autoria da discente CHRISTIE JEMILLY DE AQUINO MENDES, composta pelo(a) orientador(a) presidente ROSÂNGELA MARQUES BRITTO, e pelos demais membros CARMEN LUCIA SOUZA E SILVA e ROSILENE PRADO. Após a apreciação do trabalho escrito e da apresentação pública oral e expositiva, a banca promulgou o seguinte resultado: considerando a **Média 9,5**, da Etapa de Qualificação, o trabalho foi Aprovado, tendo obtido o conceito Excelente (9.2) cabendo as seguintes observações, a serem atendidas no prazo máximo de 30 dias, conforme Resolução Nº001/FAV/ICA/ 2010:

Revisão ortográfica e ABNT e as demais orientações da banca

E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Belém, 07 de abril de 2017

Presidente: Rosângela Marques Britto

Membro (1): Rosilene Prado

Membro (2): Carmen Lucia Souza e Silva

Membro (1):

Membro (2):

Rua Augusto Corrêa, 1 - Campus Profissional - CEP 66075-990 - Belém - Pará - Telefone: (91) 3201-7554  
e-mail: cursodemuseologiaufpa@gmail.com

Rua Augusto Corrêa, 1 - Campus Profissional - CEP 66075-990 - Belém - Pará - Telefone: (91) 3201-7554  
e-mail: cursodemuseologiaufpa@gmail.com

Em memória de André Aquino,  
tio/primo que foi irmão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter os pais incríveis Carlos Sebastião e Maria do Socorro, sem os quais eu não conseguiria seguir em frente, obrigada por tudo, apesar das dificuldades. Ao meu irmão Jerdan e minha sobrinha Lory, por cada sorriso. E a toda minha família Aquino e Mendes.

Aos amigos da turma de 2013, especialmente Edimara Oliveira, Raele Oliveira (continuem a nadar meninas) e Bruno Nascimento. Ao apoio que tive para a conclusão deste trabalho de Vivian Moura, Bernardo Baia, Claudiane Duarte e Aline Mamede, e a todos da turma que não citei, mas são muito importantes.

Aos colegas da turma de 2014, em especial a Rayana Alexandra e Daniela Nogueira.

A minha orientadora Rosangela Britto, pela atenção dedicada, pelas ideias e a sua compreensão, fazendo com que eu sempre desse o melhor de mim, e a quem atribuo este trabalho ter sido possível.

A todos os professores do curso de Museologia, em especial aqueles que me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho, Hugo Menezes, Marcela Cabral, Carmen Silva e Sue Costa.

Agradeço aos egressos do curso, que contribuíram para a pesquisa, em especial Lucimery Souza, Christiane Santos e Luciana Azulai, além do Pedagogo da FAV, Jailton Gomes. Agradeço também ao secretário do curso de museologia, Jorge Ohashi, pela ajuda.

Agradeço ao CAS, local em que tive a oportunidade de cursar LIBRAS por dois anos, e me proporcionou aprender coisas que levarei para resto da vida e conhecer profissionais inspiradores, nada dignos de pena.

Obrigada a todos que de alguma forma me ajudaram no desenvolvimento deste trabalho e ao longo do caminho da minha formação.

*Sempre que houver alternativas, tenha cuidado. Não opte pelo conveniente, pelo confortável, pelo respeitável, pelo socialmente aceitável, pelo honroso. Opte pelo que faz o seu coração vibrar. Opte pelo que gostaria de fazer, apesar de todas as consequências.*

Osho

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a importância de um debate maior do tema da acessibilidade cultural dentro da UFPA e do Curso de Bacharelado em Museologia, criado em 2009. Este debate gerou a discussão e a reflexão sobre a relevância de se trabalhar interdisciplinarmente o assunto, e estudou a possibilidade da inclusão de uma nova disciplina que contemple a reflexão sobre o tema. A pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa realizada no âmbito do campo disciplinar da Museologia, nela foram abordadas questões conceituais acerca do objeto da pesquisa que versou sobre a formação do museólogo entre a teoria e prática dos desenhos curriculares. O estudo sobre o tema da acessibilidade cultural e a perspectiva de um museu inclusivo possibilitou a compreensão sobre a importância da temática, análises exploratórias dos desenhos curriculares de outros cursos de graduação em museologia no Brasil, buscando saber se eles apresentam disciplinas específicas voltadas para a acessibilidade, e ainda análise do projeto político-pedagógico do curso de Museologia da UFPA. A metodologia da pesquisa adotou como instrumental a realização de entrevistas e questionários aplicados aos discentes, egressos e docentes do curso, buscando atentar para opinião deles sobre essa discussão.

**Palavras-chave:** Acessibilidade Cultural. Formação de Museólogo. Museu Inclusivo.

## ABSTRACT

This work aims to reflect on the importance of a larger debate on the theme of cultural accessibility within the UFPA and Bachelor Course in museology created in 2009. This debate has generated discussion and reflection about the importance of working across disciplines and studied the possibility of inclusion of a new discipline that includes reflection on the topic. The qualitative and quantitative approach research carried out within the framework of the disciplinary field of museology, her conceptual issues were discussed concerning the object of research that focussed on the formation of the museologist between theory and practice of curricular designs. The study on the topic of cultural accessibility and the prospect of an inclusive Museum made possible the understanding about the importance of the theme, exploratory analysis of the curricular designs from other undergraduate courses in museology in Brazil, seeking to know whether they present specific accessibility-oriented disciplines, and pedagogical political project analysis yet of course in museology of UFPA. The research methodology adopted as instrumental conducting interviews and questionnaires applied to students, graduates and teachers of the course looking for make their opinion to this discussion.

**Keywords:** Cultural Accessibility. Formation of the Museologist. Inclusive Museum.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Maquete tátil do Museu Casa de Portinari .....	19
Figura 2. Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras do Acervo Pinacoteca de São Paulo. ....	26
Figura 3. Circulação de pessoas em uma galeria de exposições.....	27
Figura 4. Vitrine horizontal em uma exposição. ....	27
Figura 5. Dimensões de vaga especial de estacionamento. ....	28
Figura 6. Banheiro possibilitando área de transferência lateral ou diagonal. ....	29
Figura 7. Elevador do Museu de arte de Belém – MABE.....	30
Figura 8. Rampa de acesso da entrada do Museu Nacional de História de Castelo de Chapultepec.....	31
Figura 9. Circuito portátil da galeria de esculturas brasileiras da Pinacoteca de São Paulo. ....	32
Figura 10. Percursos no interior de um museu com pisos guia e pisos de alerta.....	33
Figura 11. Textos explicativos em Braille e mapa tátil da galeria de esculturas brasileiras do acervo da Pinacoteca de São Paulo.....	35
Figura 12. Réplicas de obras do circuito expositivo do Museu do Amanhã e piso guia de alerta.....	35
Figura 13. Vídeo explicativo da exposição em libras - Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) - Exposição Visões Arte Rupestre em Monte Alegre .....	36
Figura 14. Panorama das pesquisas dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes de Museologia UFPA .....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos de Graduação de Museologia .....	50
Quadro 2. Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva resultados institucionais .....	68

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AEE	- Atendimento Educacional Especializado
AIPD	- Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
ASCEPA	- Associação dos Cegos do Pará
CFE	- Conselho Federal de Educação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CORDE	- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
COREM	- Conselho Regional de Museologia
FEFIERJ	- Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro
ICOFOM	- <i>International Commitee for Museology</i>
ICOM	- <i>International Council of Museums</i>
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	- Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LBI	- Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais.
MEC	- Ministério da Educação
MEP	- Museu do Estado do Pará
MINC	- Ministério da Cultura
NIS UFPA	- Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Pará
ONU	- Organização das Nações Unidas.
PEPE	- Programa Educativo Públicos Especiais
PcD	- Pessoas com Deficiência.
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	- Plano Nacional da Educação

PNEs	- Pessoas com Necessidade Especiais
PNM	- Política Nacional de Museus
REUNI	- Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SEESP	- Secretaria de Educação Especial
SIM	- Sistema Integrado de Museus
TA	- Tecnologia Assistiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>1- O DIREITO A ACESSIBILIDADE CULTURAL – UMA REFLEXÃO.</b>	17
1.1. ACESSIBILIDADE FÍSICA .....	25
1.2. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL .....	33
1.3. ACESSIBILIDADE ATITUDINAL .....	40
<b>2- FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DOS DESENHOS CURRICULARES</b>	44
<b>3- PROPOSTA DE INCLUSÃO DO TEMA DA ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO DO CURSO DE MUSEOLOGIA UFPA.</b>	55
3.1 - A INCLUSÃO DE UMA DISCIPLINA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL NO CURSO DE MUSEOLOGIA UFPA. ....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	74
<b>REFERÊNCIAS:</b>	76

## INTRODUÇÃO

A acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir de conceitos do movimento da Inclusão Social (SARRAF, 2008, p. 38).

Ela hoje constitui um desafio que aos poucos vem sendo difundido com mais clareza e de forma mais abrangente nos espaços museológicos, mas que se encontra longe de ser o suficiente para garantir a qualidade de vida da população que a necessita.

Por detrás do progresso lento que a maioria dos museus tem feito, fatores como a necessidade de ter funcionários com formação adequada e os limitados recursos financeiros continuam a ser citados como as principais barreiras que impedem os museus de ir à frente ao campo das acessibilidades. Ao nível da formação, esta questão poderia ser melhorada nos currículos das universidades, nas escolas superiores e técnicas, no que se refere aos cursos de museologia, que deveriam incluir de forma mais acentuada disciplina que abordassem a relação entre museus, sociedade e seus contextos (MARTINS, 2014, p.236).

Precisando ter em vista a ampliação das metodologias, reflexões, e a busca de um estudo para um plano de acessibilidade significativo com meios essenciais para a inclusão a fim de identificar os aspectos relevantes que podem contribuir para o desenvolvimento e para o aprimoramento da comunicação realizada pelas instituições museológicas, a pesquisa pretende demonstrar a importância de uma discussão mais ampla sobre acessibilidade cultural dentro do curso de museologia da UFPA, e debatendo sobre a relevância de se trabalhar interdisciplinarmente o assunto, e estudando a possibilidade da inclusão de uma nova disciplina que contemple a reflexão sobre o tema dentro do contexto amazônico.

Segundo o *Caderno de Acessibilidade em Museus* (2012) o acesso do cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados. Mesmo nas sociedades em que o direito legal de acesso está garantido, a transformação desse direito em prática social cidadã, em realidade cotidianamente vivida exige embates e enfrentamentos sistemáticos. Em uma palavra: exige militância.

A militância a favor da acessibilidade plena parte do reconhecimento de que no cotidiano ela não existe e que, portanto, é preciso construí-la. A construção da acessibilidade passa pela remoção de barreiras instaladas nas mais diversas áreas dos museus. Registre-se, desde já, que o foco dessa observação não incide exclusivamente sobre as barreiras materiais, por mais poderosas que elas possam ser; existem no meio do caminho da acessibilidade pedras imateriais igualmente poderosas ou ainda mais (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p.13).

Pensando desta forma, o trabalho discute como o investimento na formação de profissionais museólogos, que conheçam diferentes modos e recursos de tecnologias disponíveis e se eduquem para entender a melhor maneira de obter um alcance maior de participação nas atividades culturais das pessoas com deficiência, pode beneficiar na construção de um caminho mais inclusivo na educação nos espaços culturais.

Com isso, este trabalho foi dividido em quatro etapas de desenvolvimento. Em seu primeiro capítulo são abordadas questões conceituais que auxiliem a compreensão sobre a importância da temática, além de reiterar que profissionais habilitados para trabalhar nos espaços culturais devem ser conhecedores dos direitos humanos e legislativos que tangem às Pessoas com Deficiência (PcD) e serem adeptos às práticas de inclusão para minimizar a exclusão que este grupo sofre frequentemente, enfatizando a necessidade de constante atualização sobre as dinâmicas sociais que dizem respeito à acessibilidade. Viviane Sarraf (2008) afirma que os espaços que respeitam a diversidade, que proporcionam acolhimento, que oferecem recursos para facilitar a permanência dos visitantes em suas dependências, que proporcionam facilidades de acesso à informação e ao conteúdo tornam-se atrativos para todos os seus frequentadores. Com isso, ainda debate sobre as barreiras de acesso que dificultam a inclusão de diversos públicos.

Felipe Marcelino (2013) aponta que, apesar de algumas mudanças neste cenário e da forma de tratamento em relação das pessoas com deficiência, ainda há muitos tipos de rejeição, bem como limitações de acesso e diferenças de tratamento, alegando a deficiência como a desculpa. Por isso, garantir a acessibilidade é a condição imprescindível para a formação de uma sociedade inclusiva. Partindo disso, a etapa seguinte desenvolvida no segundo capítulo reflete essa questão da Acessibilidade Cultural através de pesquisa exploratória dos desenhos curriculares dos cursos de graduação em museologia do Brasil, a partir dos dados divulgados em sites abertos e considerados pelo campo da formação de museólogo como o Conselho Regional de Museologia (COREM), órgão responsável pela atuação profissional deste profissional. Realizou-se ainda um panorama geral sobre a historicidade dos cursos de museologia, as modificações curriculares ocorridas, realçando o papel do museólogo para a construção de uma sociedade inclusiva.

Felipe Marcelino (2013) comenta que garantir os direitos de acessibilidade às pessoas com deficiência beneficia não só a essas pessoas, mas a todos que praticam a inclusão e respeitam as diferenças físicas, perceptivas intrínsecas ao ser humano. Baseando-se na necessidade de adotar a prática da inclusão no ensino do curso de museologia da UFPA que

contemple as pessoas com deficiência. No terceiro tópico do capítulo três exploro a temática relacionada às considerações acerca da formação do museólogo no âmbito acadêmico, refletindo como o curso de museologia da Universidade Federal do Pará tem contemplado o tema da acessibilidade em seu Plano Político-Pedagógico e como os discentes egressos e docentes do curso evidenciam em sala de aula a questão da acessibilidade e a relevância do debate de forma mais interdisciplinar.

No quarto tópico do terceiro capítulo reflete-se sobre a possibilidade de uma nova atualização curricular em benefício da acessibilidade, partindo da análise do seu Plano Político Pedagógico atual e o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2016-2025 da UFPA e da opinião de alguns discentes, egressos e docente do curso sobre a relevância de uma disciplina voltada para a Acessibilidade Cultural, realçando a interdisciplinaridade da discussão e como uma alternativa para a construção de um curso mais inclusivo no que se refere às PcD.

## **1- O DIREITO À ACESSIBILIDADE CULTURAL – UMA REFLEXÃO.**

Neste capítulo conceituo a expressão Acessibilidade Cultural no âmbito de algumas áreas de conhecimento, em especial das Ciências Humanas e Sociais, mas também nas Ciências Médicas, considerando que amplitude da expressão perfaz questões que abrange várias abordagens em relação ao sistema da saúde e doença e as questões do corpo e da dimensão da pessoa e do Humano, acerca dos direitos culturais, em especial das Pessoas com Deficiência (PcD) – sigla para esta expressão que adoto ao longo do texto a partir daqui). Outras perspectivas são também observadas, como a Cultural, Social, Econômica, Arquitetônica, dentre outras. Enfatizo a historicidade da expressão e dos termos correlatos, como: inclusão social, em contraponto a exclusão social; deficiência; acessibilidades; museus inclusivos, contextualizando estes termos a partir de relatos de fragmentos da história do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (2010), e a conquista de algumas normas e diretrizes validadas em âmbito internacional e nacional, como também apresento alguns exemplos de aplicação de algumas normas e direitos conquistados das PcD.

Ingrid Carvalho (2014) conceitua como acessibilidade cultural, a inclusão, integração das pessoas com deficiência no âmbito sociocultural. A acessibilidade cultural é considerada uma ferramenta interativa de participação integral das pessoas com deficiência em eventos públicos e culturais. Considerando a pesquisa de Viviane Sarraf (2008), o número de museus no Brasil é superior a duas mil unidades, seguindo o Cadastro Nacional dos Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizado em 2006. A autora afirma que a oferta de acessibilidade em museus do país não chega a 1% das instituições, ou seja, embora desde 2009, com a lei 11.904 que instituiu o Estatuto de Museus, se considere como um dos princípios fundamentais dos museus “a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural” (inciso V do artigo 2º), na prática, as políticas culturais que dizem respeito à acessibilidade de Pessoas com Deficiência, a participação dessas pessoas na vida cultural ainda é pouco efetiva.

Sarraf (2008) coloca que para o desenvolvimento deste potencial comunicativo ao público especial nos museus é fundamental um maior envolvimento das instituições museológicas, dos cursos de formação, dos profissionais de museus, museólogos, dentre outros, necessitando de ações que gerem um debate maior sobre essas questões.

[...] a *acessibilidade cultural* é uma área com potencial significativo e que pode trazer inovações para a *linguagem e formas de mediação cultural praticados pelos museus*. No entanto, para que o desenvolvimento dessa área seja possível, é necessário que instituições, órgãos culturais e de classe, universidades e espaços de discussão e debate ofereçam mais oportunidades e se envolvam mais com as lutas e conquistas alcançadas; quanto mais pessoas e forças políticas forem envolvidas, melhor e *mais qualificado será o crescimento dos estudos e ações da acessibilidade nos museus* (SARRAF, 2008 p. 43, grifo nosso).

Como grifado na citação de Viviane Sarraf (2008), o tema da acessibilidade cultural oferece um potencial significativo, podendo inclusive possibilitar um incremento qualitativo na inovação de linguagens museológica ou museográfica e nos processos de mediação realizados nos museus. Neste sentido comunicacional dos museus, Martha Marandino (2008) ao tratar da visita ao museu, atenta que esta deve ser mais do que um divertimento, e não só estimular o aprendizado e a observação, mas também estimular a cidadania através de suas atividades educacionais, sempre levando em conta a inclusão de diversos grupos de pessoas de diferentes níveis sociais, considerando a forma com que se comunica, dependendo do grupo, para que se seja feita a mediação. Assim, pensar nos obstáculos que os deficientes enfrentam e criar soluções para que usufruam do espaço cultural de forma plena, sem nenhuma forma de exclusão, é uma ação necessária para que este grupo social tenha os seus direitos respeitados e as diversas formas de acessibilidade garantidas nos museus.

Nesta vereda, faz-se necessário investir na formação de profissionais habilitados, que conheçam diferentes modos e recursos de tecnologias disponíveis, educando-se para entender a melhor maneira de conseguir um alcance maior de participação nas atividades culturais das pessoas com deficiência, manter-se em constante atualização, refletindo sobre as dinâmicas da sociedade e as inovações tecnológicas. Para alcançar este objetivo, se faz necessário entender as necessidades de cada grupo, este ato já é um grande avanço para uma inclusão maior destes grupos sociais nesses espaços, levando em conta as várias formas de comunicação alternativas e adaptações adequadas, assim aprimorando constantemente a qualidade do seu atendimento.

Viviane Saraff (2008) afirma que, partindo do pressuposto de que o museu é um equipamento social deficiente em relação ao acesso à informação para a diversidade de públicos existentes, seria possível afirmar que a instituição mesmo precisa se reabilitar, buscando maneiras de aproximação que respeitem as diferentes formas de alcance, comunicação e relacionamento da população, que em número significativo possui alguma deficiência ou dificuldade temporária. Assim, o profissional que busque a inclusão, integração, participação, ou seja, a acessibilidade cultural das pessoas com deficiência deve sempre refletir sobre essa diversidade e, conseqüentemente, sobre as várias formas de acessibilidade, englobando as estratégias de acordo com os tipos de deficiência.

No Brasil, mais de 45 milhões de pessoas declararam ter alguma deficiência, em torno de 24% da população (segundo dados do IBGE, 2010). Os direitos assegurados a essa parcela considerável da população, no que se refere à acessibilidade ainda são pouco atendidos nos espaços culturais. Esse é um desafio que vem sendo enfrentado gradualmente por um número ainda reduzido, em comparação a quantidade de espaços museológicos, mas há exemplos e modelos de estratégias acessíveis no Brasil, que vêm contribuindo para o crescimento mais efetivo da participação das pessoas com deficiência nos museus.

Viviane Sarraf (2015), cita exemplos de acessibilidade nesses espaços culturais brasileiros através de comunicação sensorial, entre outros o Museu de Artes e Ofícios, de Belo Horizonte e o Museu Casa de Portinari, em Brodowski no interior de São Paulo, oferecem condições de acessibilidade física, roteiros de visitas em Língua Brasileira de Sinais-Libras, áudio guias, peças para apreciação tátil, sobretudo no primeiro museu, onde são peças originais, além de um grande diferencial pela opção de visita sensorial para pessoas com deficiência visual, materiais de apoio olfativo e gustativo, além da exposição permanente com ambientações e instalações auditiva (Figura 1).

Figura 1. Maquete tátil do Museu Casa de Portinari.



Fonte: Site Museu casa de Portinari.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MUSEU Casa de Portinari. Acessibilidade no museu. Disponível em: <<http://museucasadeportinari.org.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

A elaboração de projetos culturais que reflitam sobre a acessibilidade cultural possibilita que as pessoas com deficiência estejam em constante convívio nesses espaços, não apenas como espectadores afastados, mas também podendo influir e serem criadores da vida cultural nos espaços museológicos, ideia que Juliana Torres (2012 apud CHAUI, 2006) considera em conformidade com a perspectiva da Cidadania Cultural, que prevê a afirmação dos direitos de acesso e fruição aos bens culturais, de criação cultural, de reconhecer-se como sujeito cultural e direito à participação nas decisões públicas sobre cultura.

No âmbito das estratégias de ações vinculadas a acessibilidade e educação, os espaços museológicos são uma peça importante de inclusão social, transformação e resgate de um Direito Cultural que vem sendo ignorado na prática. Torres (2012), ao abordar o direito à cultura das pessoas com deficiência, defende que os direitos culturais não fiquem apenas nos papéis e nos discursos, e que sejam articulados sob o prisma democrático da Cidadania Cultural. Torres (2012) destaca ainda que:

O direito cultural, sendo um desdobramento e ampliação dos Direitos Humanos, é compreendido como o direito à participação na vida cultural. Esta participação gera condições para os indivíduos reconhecerem-se como produtores de cultura, e não apenas como reprodutores de cultura, posicionando-se criticamente ao que está socialmente estabelecido, inclusive pelo setor cultural (TORRES, 2012, p. 11).

Em dezembro de 1948 foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 27º determina que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” 2.

Partindo da perspectiva dos Direitos Humanos pela visão do Direito Cultural da pessoa com deficiência, percebe-se um avanço em busca de romper essa “invisibilidade” cultural, essa exclusão de reflexões nos museus indicando que encarem o desafio de incluir as Pessoas com Deficiência nos espaços culturais, desse modo, são necessárias medidas capazes de promover o respeito pelos direitos e dignidade das pessoas com deficiência.

Mas essas atribuições são uma realidade ainda distante, e têm um caminho longo a percorrer, pois quando se tem a intenção de políticas culturais voltados à acessibilidade nesses espaços museológicos, a falta de conhecimento e a incompreensão dos direitos, dos métodos e o próprio pensamento negativo sobre a capacidade de participação das pessoas com deficiência no círculo cultural, fazem com que esse processo de mudança caminhe mais lentamente.

---

<sup>2</sup> MINISTÉRIO Público do Estado de Goiás. Declaração universal dos direitos humanos. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2017.

No entendimento de que havia uma discriminação ou preconceito quanto à denominação da pessoa deficiente, na atualidade, foi adotado o termo “Pessoa com deficiência” para designar esse grupo social, em oposição à expressão “pessoa portadora”. O termo atual demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a identificação, pois uma “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, um ser humano. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 (HISTÓRIA ..., 2010).

Segundo a Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deficiência seria a:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente (ABNT NBR 9050, 2004)<sup>3</sup>.

Na perspectiva histórica da elaboração do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a definição desta expressão foi marcada pela participação do movimento social organizado. Na 8ª Reunião, por exemplo, o presidente do Comitê destacou a presença de 800 ativistas da sociedade civil, de todas as partes do mundo. “[...] Dois grandes eventos foram realizados no Brasil para discutir o texto da Convenção, em dezembro de 2005 e em julho de 2006 – e ambos produziram subsídios para a ação da Delegação Brasileira [...]” O Brasil também liderou o debate em favor da cooperação internacional, enfatizando a responsabilidade de todas as nações. O embaixador Don MacKay, presidente do Comitê, solicitou que o Brasil apresentasse uma proposta para definição de “deficiência” ou de “pessoa com deficiência”, pois este foi o ponto de maior dissenso, completando-se a 7ª sessão sem acordo. Consta nos documentos da elaboração da Convenção a proposta brasileira. O Brasil salientou a importância de definir o público destinatário do tratado – pessoa com deficiência –, com base no modelo social e com maior responsabilidade para os governos no tocante à eliminação de todo e qualquer tipo de barreira à inclusão das pessoas com deficiência. Esse conteúdo consta no artigo 1º da Convenção, o qual modifica o foco e o planejamento das políticas públicas, além de cunhar a expressão “Pessoa com Deficiência”, adotada como constitucional no país (HISTÓRIA ... , 2010).

---

<sup>3</sup> SECRETARIA Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Normas ABNT. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como seu Protocolo Facultativo em 2008, existe no âmbito internacional desde 2007. O documento assim ganhou equivalência de emenda constitucional. Nesse sentido, busca-se uma sociedade com menos exclusão e mais inclusiva, que reconhece a diversidade humana e as necessidades de cada cidadão, neste caso, as pessoas com deficiência, assegurando-lhes oportunidades de exercer as mesmas atividades de qualquer ser humano.

Neste seguimento, destaco o Artigo 30 da *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, que reconhece o direito de “[...] ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional [...]”, pois, para que haja processo de desenvolvimento é preciso que todos os setores estejam engajados, inclusive o cultural, assegurando, assim, uma atuação plena na sociedade.

Felipe Marcelino (2013 apud BRANT 2009) expõem que Cultura é algo complexo, que não se limita apenas a uma perspectiva artística econômica ou social. É o conjunto de todos esses fatores, e hoje atua como estímulo para transformar realidades sociais e contribui para o desenvolvimento humano em todos os aspectos. A cultura é algo que permite identificar o indivíduo em seu espaço, lugar, época, tornando-se capaz de sociabilizar e formar espírito crítico. Compreendo a Cultura como esse conjunto de aspectos, em especial no que a participação cultural influencia na vida das pessoas com ou sem deficiência, resalto que ela não pode deixar de ser um processo de adequação contínua no que tange à acessibilidade, à inclusão, assim como se volta ao comprometimento dos profissionais e instituições com a melhora da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência.

Juliana Torres (2012) comenta que a relação entre a sociedade ocidental e a pessoa com deficiência é marcada pelo isolamento e supressão de direitos. Por meio de sucessivas quebras de paradigmas excludentes, os que já foram considerados incapazes, inválidos, deficientes e limitados, conquistaram o status de sujeitos sociais e de direitos. Em *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (2010), afirma-se que a luta para as mudanças de paradigmas e conceitos foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos movimentos políticos e sociais de pessoas com deficiência nos últimos 30 anos, em busca de uma base sólida para a construção de novas perspectivas de inclusão face à deficiência.

A autora destaca ainda que as ações e suposições acerca da deficiência passaram por vários modelos ao longo da História, desde o modelo caritativo, com o fortalecimento do cristianismo na Idade Média, tinha-se a deficiência como uma debilidade e pessoas com

deficiência dignas de pena, por serem vítimas da própria incapacidade (HISTÓRIA..., 2010). Vistas como incapazes e obrigadas à reclusão, segundo Torres (2012), a prática era a segregação, o confinamento em casas de familiares ou recolhimento em hospitais, sanatórios e até em prisões.

No modelo Médico continua a ideia da diferença, mas aqui, como o termo destaca, os médicos são o centro da mudança. Torres (2012) afirma que este modelo diferencia-se por acreditar que através da intervenção de especialistas o indivíduo pode ser tratado e reabilitado.

O Positivismo e a afirmação do saber médico do final século XIX possibilitaram o surgimento de um modelo no qual as pessoas com deficiência passaram a ser compreendidas por terem problemas orgânicos que precisavam ser curadas. No modelo médico, as pessoas com deficiência são “pacientes” – eram tratadas como clientela cuja problemática individual estava subentendida segundo a categoria de deficiência à qual pertenciam. Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade (HISTÓRIA ..., 2010. p.16, grifo do autor).

Juliana Torres (2012) afirma que a situação do pós-guerra<sup>4</sup>, aliada ao espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), resultou em diversas mobilizações sociais em defesa das pessoas com deficiência. Com isso, criaram-se condições para o estabelecimento do Modelo Social, que desloca o problema do indivíduo para a sociedade [...]. A inclusão e queda das barreiras sociais são as principais características deste modelo.

O modelo Social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência é o grande avanço das últimas décadas. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. A sociedade cria barreiras com relação a atitudes (medo, desconhecimento, falta de expectativas, estigma, preconceito), ao meio ambiente (inacessibilidade física) e institucionais (discriminações de caráter legal), que impedem a plena participação das pessoas (HISTÓRIA ..., 2010. p.16).

A partir desse modelo de inclusão consegue-se ampliar a discussão sobre o sua diferença da integração<sup>5</sup>, Maria Mantoan (2003) destaca que a integração e inclusão dentro do contexto escolar, embora tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. A autora enfatiza ainda que o contexto da integração ocorre dentro de uma estrutura educacional com concepções de inserção parcial, por prevê serviços educacionais segregados, visto que nem todos PcD cabem nas turmas de ensino regular, pois

---

<sup>4</sup> A partir da segunda metade do século XX as populações começaram a conviver mais com pessoas com deficiências, já que em decorrência de fatos como a Segunda Guerra Mundial e Guerra do Vietnã, muitos soldados e civis ficaram cegos, surdos, mutilados (TORRES, 2012).

<sup>5</sup> Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos países nórdicos em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. (MANTON, 2003).

há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção, ou seja, acaba não havendo uma mudança na escola como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências, o que está de acordo com a ideia do modelo médico.

Segundo Maria Mantoan (2003), com a inclusão, a mudança não se aplica somente aos PcD e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa em geral, pois a escola atende à diferença sem discriminação, sem trabalhar de forma à parte com alguns alunos, atendendo as suas necessidades sem diferenciar os serviços segregados de ensino especial e regular.

Destaco mais um modelo que Torres (2012) contextualiza que a partir de 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>6</sup>, foi simbolizado todos os esforços em prol da sistematização e disseminação de informações referentes aos problemas, necessidades, direitos e deveres da pessoa com deficiência. E com isso aconteceu formulação de leis, convenções e tratados, ou seja, deu sustentação para o Modelo dos Direitos. Neste modelo a o mesmo princípio de inclusão do modelo social, mas é ampliada a categoria de direitos humanos.

No que diz respeito a ações oferecidas para essa acessibilidade nos espaços culturais é fundamental salientar que a educação e a reeducação sobre a inclusão devem estar se renovando a todo o momento, e lado a lado com os direitos estabelecidos, já que não se pode lutar por aquilo que não se conhece.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com base na Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050), tem-se se a definição:

A acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT NBR 9050, 2015, p.16).

As normas técnicas expõem todos os aspectos necessários para que a pessoa com deficiência possa atingir a sua autonomia, ou seja, torne-se independente e possa usufruir do seu direito de ir e vir, este conceito é uma ferramenta que busca englobar as especificidades de cada tipo acessibilidades e transpor as barreiras impostas nos meios mais usuais da sociedade.

---

<sup>6</sup> O Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) ocorreu em 1981, mas a ONU proclamou a data em 1976, na 31ª sessão da Assembleia Geral, sob o tema “Participação Plena” (HISTÓRIA..., 2010).

## 1.1. Acessibilidade Física

Ao discutir o conceito de Acessibilidade, Ingrid Carvalho (2014) aponta três grandes definições que precisam agir em conjunto para que se tenha uma Acessibilidade plena: Acessibilidade Física, Acessibilidade Comunicacional e Acessibilidade Atitudinal.

A Física tem como foco a acessibilidade aos espaços, devendo estar prevista nos projetos arquitetônicos, levando-se em consideração parâmetros técnicos, além de obedecer às normas de *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*<sup>7</sup>, da ABNT NBR 9050:2015. A acessibilidade física, embora ainda seja insatisfatória em grande parte dos museus, tem um resultado mais relevante, em contraponto a outros meios de acessibilidade, é um desafio que vem sendo gradualmente enfrentado e superado nos museus, por meio de projetos focados nessa área, com o objetivo de democratizar os espaços e o acesso aos bens patrimoniais.

Essa medida decorre principalmente do Decreto-lei Nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e/ou “mobilidade reduzida”, conforme especifica a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, ainda caracteriza as áreas de deficiência e também define a “pessoa com mobilidade reduzida” como “aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção” (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012).

Em alguns museus, anteriormente já se previam políticas de inclusão para as pessoas com deficiência, como a Pinacoteca de São Paulo, que desde 2003 implantou o *Programa Educativo Públicos Especiais* (PEPE). Amanda Tojal (2007) relata que o programa atende grupos especiais, formado por pessoas com limitações físicas, sensoriais ou mentais, mas também a integração de grupos inclusivos, compostos de pessoas com e sem limitações, visando ainda à capacitação de profissionais e estudantes no ensino da Arte na Educação Inclusiva, programas de Conscientização Funcional, e cursos de Formação em Acessibilidade e Ação Educativa em museus e instituições culturais (Figura 2).

---

<sup>7</sup> SECRETARIA Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Normas ABNT. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

Figura 2. Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras do Acervo Pinacoteca de São Paulo.

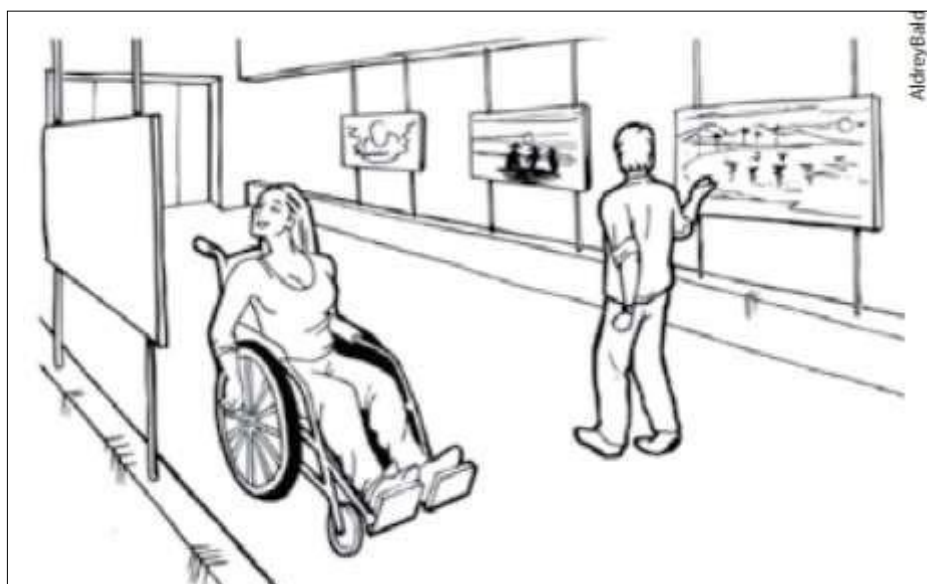


Foto: Rosangela Britto, 2017.

Entretanto, somente a partir do referido Decreto que se tem uma política mais ampla nas instituições museológicas, iniciando as primeiras ações com foco na acessibilidade física de pessoas com deficiências motoras, promovendo o acesso aos edifícios e responsável por garantir a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, para que possam utilizar com autonomia e segurança qualquer serviço de transporte ou dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

O Art. 6º deste Decreto especifica que o atendimento prioritário compreende o tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas, incluindo, dentre outros, o “mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT”, seguindo *o caderno de acessibilidade* em museus, as instituições podem adaptar-se a essa norma a partir de mudanças para balcões de recepção e vitrines de exposição adequadas para pessoas em cadeira de rodas ou com baixa estatura (Figura 3).

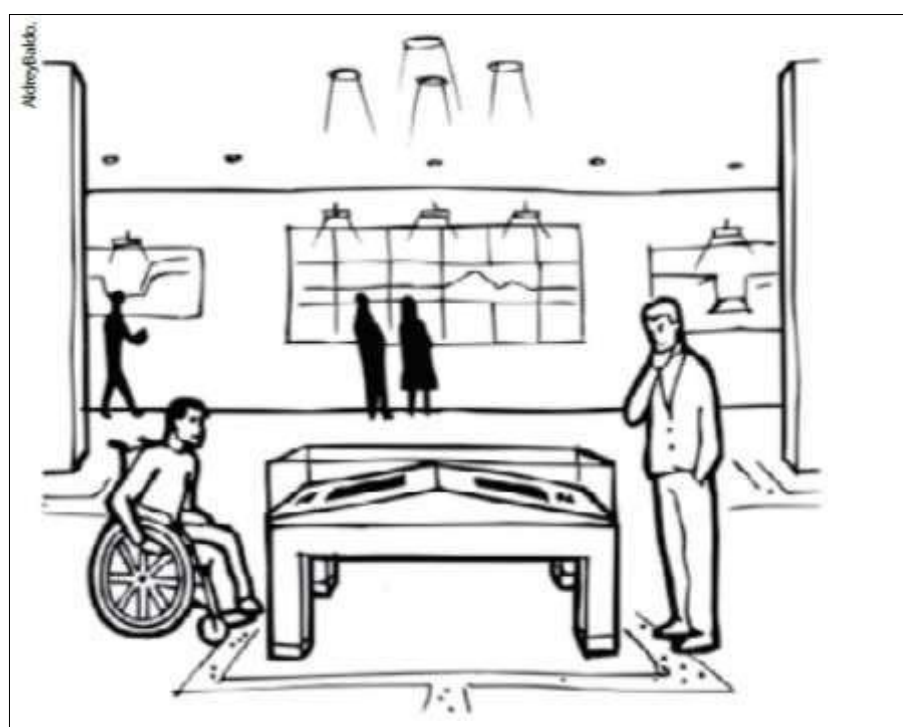
Figura 3 - Circulação de pessoas em uma galeria de exposições.



Fonte: Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p.103).

Etiquetas contendo informações dos objetos com altura de 0,90m ou 1,40m acima do solo, com inclinação de 30° e as larguras dos percursos e de portas deve ser de no mínimo 1,40m. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012). (Figura 4).

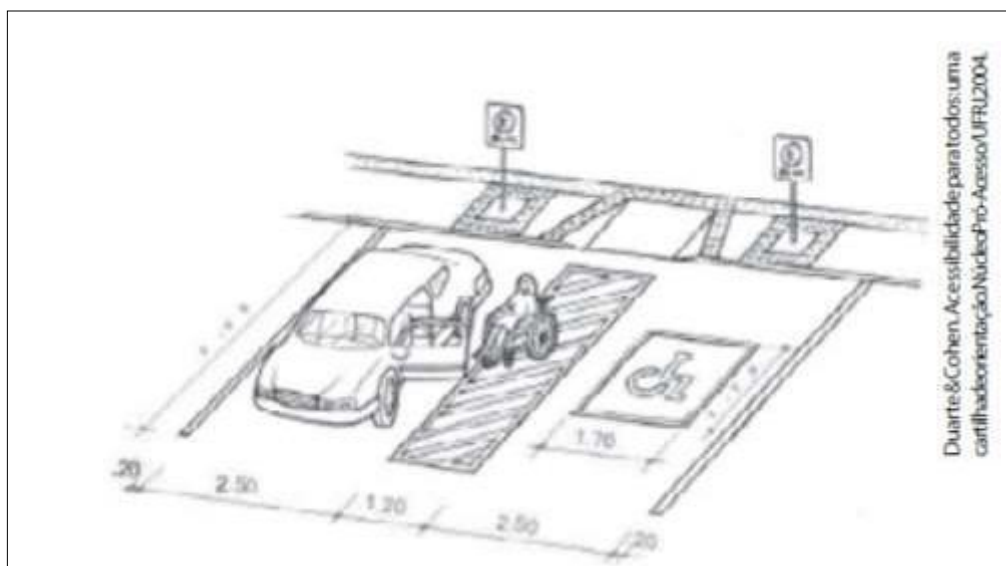
Figura 4: Vitrine horizontal em uma exposição.



Fonte: Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 126).

O Art. 25 do Decreto 5.296 coloca ainda que nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas “serão reservados pelo menos dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual [...]” (Figura 5).

Figura 5. Dimensões de vaga especial de estacionamento.



Fonte: Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 126).

O Art. 27 diz que é necessária a instalação de novos elevadores ou a sua adaptação em edificações de uso público ou de uso coletivo [...], garantindo assim a liberdade para que a pessoas em cadeiras de rodas ou mobilidade reduzida possam ter acesso a toda a área de exposição e outros espaços, sendo eles compartimentos superiores e/ou inferiores. Além da possibilidade de instalação de bebedouros em alturas mais baixas, o piso do museu deve ser fixo, não derrapante e sem obstáculos nos percursos, e banheiros adaptados possibilitando a transferência lateral ou diagonal (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012). (Figura 6).

Considerando que no Brasil grande parte dos museus está instalada em prédios tombados, em 2003 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) editou sua primeira Instrução Normativa adaptando a legislação federal que estabelece critérios, métodos e instrumentos para avaliar as condições dos bens imóveis tombados em nível federal (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012).

As soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...] (IPHAN-Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003).

Figura 6. Banheiro possibilitando área de transferência lateral ou diagonal.



Fonte: Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 129).

Desse modo, percebe-se que há iniciativas em termos de políticas públicas buscando diminuir e, quem sabe, superar as barreiras de acesso físico, com afinidade de pensamento quando o discurso passa a contemplar os bens patrimoniais imóveis tombados, garantindo assim que os processos de acessibilidade prevaleçam em quaisquer circunstâncias, assegurando a independência e dignidade do público em potencial, certificando que todas as ações de atribuição do museu ponderem com base na sua acessibilidade.

Com essa perspectiva, destaco a Seção IV do Decreto 5.296, que trata da Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis, no seu Artigo 30 evidencia que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Em decorrência disso, os museus sediados em prédios tombados podem formular estratégias diferenciadas para priorizar a acessibilidade física, sem deixar de refletir sobre a preservação dos bens patrimoniais imóveis. Em exemplo é a instalação de elevadores externos, que devem estar sempre prontos para o uso e com manutenção regularmente (Figura 7)..

Figura 7. Elevador do Museu de Arte de Belém (MABE).



Foto: Sammy Paixão, 2016.

Os espaços museológicos instalados em bens tombados também podem optar por rampas removíveis (Figura 8). Soluções essas que podem facilitar a visita do espaço por cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 8. Rampa de acesso da entrada do Museu Nacional de História de Castelo de Chapultepec.



Fonte: Blog Acessibilidade em Ambientes Culturais.<sup>8</sup>

É inegável a importância do patrimônio histórico, quando discutimos sobre a acessibilidade nesses espaços o compromisso com a preservação e a interação do público entram sempre em divergências, contudo a responsabilidade com essas duas frentes sempre fazem surgir novas dinâmicas de adaptações que conciliem esses dois pontos, não apenas em seus aspectos arquitetônicos, mas dentro dessas instituições as implicações do cenário expositivo e educativo acessível podem provocar novas experiências que aproximem os visitantes dos espaços museológicos – sejam ou não do público com deficiência – mas que se sintam cada vez mais pertencentes a eles.

Apesar de vários modelos de acessibilidade pessoas com deficiência visual estão ligadas ao acesso sensorial, é importante frisar que adequação para a quebra de barreiras físicas também é de extrema importância para esse grupo, pois os obstáculos físicos impedem a circulação total da pessoa com deficiência visual.

---

<sup>8</sup> ACESSIBILIDADE em Ambientes Culturais. Museo Nacional de Historia – Castelo de Chapultepec. Disponível em: <<https://acessibilidadecultural.wordpress.com>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

A acessibilidade significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. Para que as pessoas com deficiência percorram e tenham acesso a esses locais é necessário levar em conta, no planejamento, um conjunto de medidas técnicas [...] (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p.88).

Segundo o Art. 5º do Decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004, a classificação e conceituação de pessoas com Deficiência Visual é:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

O Artigo 26 deste Decreto determina que nas edificações de uso público ou é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual, em conformidade com as Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT.

Figura 9. Circuito portátil da galeria de esculturas brasileiras da Pinacoteca de São Paulo (Figura 9).



Fonte: Rosangela Britto, 2017.

O *Caderno de Acessibilidade em Museus* destaca ainda que obstáculos situados entre 0,60 e 2,10m de altura do piso e sejam mais volumosos na parte superior, devem possuir uma sinalização com piso tátil de alerta. A superfície sinalizada precisa estar, no mínimo, a 0,60m da projeção do obstáculo (Figura 10).

Figura 10. Percursos no interior de um museu com pisos guia e pisos de alerta.



Fonte: Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 98).

## 1.2. Acessibilidade Comunicacional

A acessibilidade nos museus não se limita em adequar somente ao espaço físico da instituição – o que se feito de forma correta é um grande avanço – mas deve-se pensar em uma comunicação adequada a este fim. Viviane Sarraf (2008) define a ocorrência acessibilidade em museus como:

A acessibilidade em Museus se dá em exposições, nos espaços de convivência, através dos serviços de informação e de todos os demais serviços. Estes devem estar ao alcance de todos os indivíduos e permitir a autonomia dos usuários, podendo ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa independente de sua condição física ou comunicacional (SARRAF, 2008, s.p.).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> FÓRUM Permanente. Mesa: “breve história das ações de inclusão em museus brasileiros”. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Diante disso, percebe-se que a definição de quando ocorre a prática de acessibilidade em museus não se afasta da definição do papel dos museus que se propõem a essas práticas “[...] abert[o]as ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento,”<sup>10</sup> os museus devem se tornar acessíveis, e isso acontece em cada atividade que ele realiza como instituição pública. Os museus são prestadores de serviços, e isso deve ser entendido pelas instituições como uma necessidade de mudança das práticas atuais, e empenho para encontrar novos rumos para eliminar as barreiras de acesso físico e de comunicação, pela sua responsabilidade junto à sociedade de solucionar questões que consomem o discurso museológico, mas que são pouco vistas na prática.

Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM)<sup>11</sup>, as ações desses espaços museológicos são de adquirir, conservar, estudar, expor e transmitir as informações referentes ao patrimônio cultural material e imaterial da sociedade. E na função essencial de expor, as práticas voltadas à acessibilidade são da mais extrema importância, buscando promover a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e acesso ao lazer por meio das ações de políticas educativas (DESVALLÉES, 2013). Dessa forma, um dos principais processos de comunicacionais nos museus se dá através das exposições, que se apresentam como um lugar de interação social e o conjunto de representações (IDEM).

Em vista disso, compreende-se que a Acessibilidade Comunicacional está muito ligada à exposição e às ações educativas, considerando a compreensão do público do que o museu pretende transmitir por meio de textos mais acessíveis, que se ajustem às necessidades das pessoas com deficiência. Neste aspecto, os museus têm o desafio de inovar suas estratégias de comunicação, buscando trabalhar outras formas de percepções sensoriais, não apenas a visual.

Viviane Sarraf (2015) afirma que na atualidade os espaços culturais têm o desafio de cativar seus visitantes e desenvolver o pertencimento cultural, mas para obterem êxito precisam encontrar alternativas de comunicação além das visuais, atuar com utilização de recursos de mediação multissensoriais, estabelecendo, deste modo, vínculos sensíveis com seus visitantes. Do ponto de vista da inclusão de PcD, promover o acesso a uma comunicação que reúna todos os elementos necessários representa a melhor forma de democratizar os espaços museais.

---

<sup>10</sup> Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

<sup>11</sup> Definição estabelecida nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007.

Alternativa de acessibilidade para públicos de pessoas cegas tem como principais ações a disponibilidade de maquetes táteis; réplicas de objetos da exposição; reproduções de fotografias em relevo, descrição em áudio, catálogos auditivos, assim como Letras ampliadas e textos em Braille (Figuras 11 e 12).

Figura 11. Textos explicativos em Braille e mapa tátil da galeria de esculturas brasileiras do acervo da Pinacoteca de São Paulo.



Foto: Rosangela Britto, 2017.

Figura 12. Réplicas de obras do circuito expositivo do Museu do Amanhã e piso guia de alerta.



Fonte: Rosangela Britto, 2017.

No Decreto 5296/2004, o Artigo 6, inciso III estabelece que os serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva sejam prestado por intérpretes ou profissionais capacitados em Libras; quanto ao trato com pessoas que não se comuniquem em libras ou pessoas surdo-cegas, deve ser realizado por guias-intérpretes ou profissionais qualificados para este tipo de atendimento.

Segundo o Art. 5º deste Decreto, a classificação e conceituação de pessoas com Deficiência Auditiva refere-se à “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”

Alternativas de Acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva são a utilização de vídeos-guia em Libras ou legendados e a mediação na exposição realizada por um ou mais profissionais fluentes e Libras (Figura 13)..

Figura 13. Vídeo explicativo em libras da Exposição Visões: Arte Rupestre em Monte Alegre, Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG).

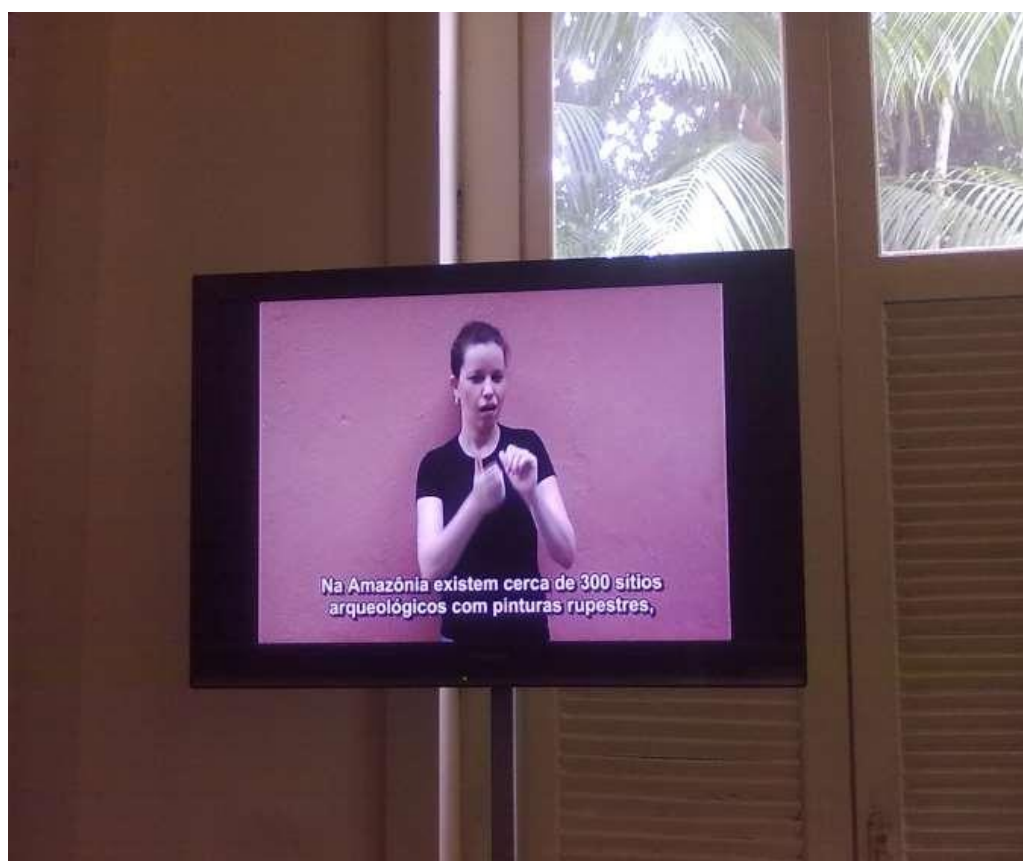


Foto: da autora.

Esclareço que esses são exemplos básicos das formas de acessibilidade que atenderiam algumas tipologias de deficiência, os métodos existentes para instituí-la, a inclusão e o acesso da pessoa com deficiência são diversos, que devem ser pensados de acordo o perfil do público visitante da instituição museal. O ponto principal a ser considerado é que não há uma fórmula pronta de acessibilidade, pois é algo que configura um desafio e uma reflexão aos espaços museológicos para acompanhar a dinâmica social.

Martha Marandino (2008), ao discutir a mediação nos museus, defende que se deve democratizar o conhecimento produzido nos museus, seja através do diálogo entre visitante e mediador, seja através de atividades educativas, pois é importante perceber o outro. Para tal, são necessários vários tipos de mediação, considerando o contexto social, histórico e cultural do visitante; da mesma forma, deve-se conhecer o seu objeto de mediação para apresentar toda a potencialidade da exposição. Por isso, a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nos museus, levando em conta não apenas os conteúdos específicos do museu, mas também os recursos voltados à educação e à divulgação do conhecimento.

Destaco a reflexão de Ingrid Carvalho (2014), que enfatiza a importância do reconhecimento dos públicos diversos e desiguais que visitam os museus. Nas suas palavras:

A partir do momento em que o indivíduo reconhece que em seu público existem cegos ou pessoas com baixa visão, surdos ou pessoas com baixa audição, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com autismo ou síndrome de Down, pessoas com paralisia cerebral, cadeirantes e com outras dificuldades físicas, pessoas com dislexia ou déficit de atenção, entre tantas outras variações que interferem na comunicação, ele precisa encontrar ferramentas para se comunicar e se fazer entender por todos, de forma que não haja ruído na “transmissão” dessa informação. É diante dessa situação que precisamos entender as necessidades de cada indivíduo e adaptar, melhorar, tornar acessível essa informação, para que a comunicação flua (CARVALHO, 2014, p. 31, grifo da autora).

Alguns museus realizam oficinas e atividades em que há interação com equipamentos de informática e registros acessíveis a diferentes formas de percepção. Dessa forma, a ação educativa torna-se um elo importante entre o acervo e o visitante sendo responsável por aproximá-los da instituição, considerando a importância dos espaços museológicos como fenômeno social, visto que um dos enfoques adotados por algumas instituições não é mais somente a organização e preservação de seu acervo, mas a compreensão do público visitante com o contexto trabalhado, contribuindo para a divulgação do próprio espaço do museu como local de disseminação de conhecimento e acessibilidade. Dessa forma, é importante compreender que a inclusão não se limita apenas à deficiência, mas entender que qualquer pessoa deve ter seus direitos de cidadania preservados em todos os aspectos.

Um exemplo de ação voltada à acessibilidade foi citado por Darcilene Costa (2002), pela sua experiência como participante no desenvolvimento do projeto TOCART I, dirigido ao público com limitação visual, realizado no Museu do Estado do Pará (MEP) nos dias 24 e 31 de março de 2001, na exposição *Sementes da Amazônia*, do artista Bichara Gaby. O projeto teve o objetivo de sensibilização artística, estética e cultural do público com deficiência visual, onde era possível o visitante tocar nas obras expostas na galeria do museu, cujo resultado foi positivo, contando com a parceria das educadoras do Sistema Integrado de Museus (SIM), e com uma equipe de voluntários formada por alunas do curso de Artes Visuais e Tecnologia da Imagem, da Universidade da Amazônia (UNAMA).

E neste trajeto provocamos a integração entre os profissionais dos museus e os acadêmicos para a participação, nesta pesquisa, sensibilizando-os para a questão da arte e a inclusão artístico-cultural dos deficientes na sociedade paraense. A participação dos acadêmicos e dos profissionais dos museus facilitou o trabalho realizado com este público especial, pois em diversos momentos foi necessário um atendimento individualizado. Era necessário auxiliá-los na exploração das obras, já que era tudo novo, tanto para os cegos quanto para nós, o que recomendava tomarmos muito cuidado nessa primeira experiência (COSTA, 2002, p.75).

Os procedimentos relatados por Costa (2002) tiveram o primeiro passo ao encontrar os sujeitos e lhes propor a visita ao museu, neste caso, a divulgação foi através da Associação dos Cegos do Pará (ASCEPA), não ofereceu condições de transporte e outros incentivos, somente o interesse em visitar uma exposição que possibilitava o toque nas obras de arte. Nessa ocasião, foi possível perceber a importância da comunicação e também da divulgação dos espaços museais que oferecem algum tipo de acessibilidade, mesmo quando se consegue atender normas mínimas ou grandiosas de acessibilidade nesses espaços, assim como a necessidade de divulgar as ações propostas pelo museu, pois esse anúncio também é uma forma de acessibilidade comunicacional, visto que, na prática, essas ações acessíveis ainda são realizadas em proporções mínimas em grande parte dos museus, e provavelmente a maioria das pessoas com deficiência fica à parte do circuito de eventos culturais, principalmente quando nos referimos aos museus de Belém.

Sarraf (2008) aponta que a realidade afasta a população com deficiência e mobilidade reduzida das instituições culturais, pois para a maioria das pessoas com deficiência a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e intelectuais é imprescindível para o acesso aos serviços. Nesse caso em questão, a forma de desenvolvimento do projeto fica em evidência, pela sua proposta de acessibilidade através do toque nas peças expostas.

Ainda em relação a este projeto, Costa (2002) nos relata que foram realizadas pesquisas sobre os métodos a serem utilizados na das ações educativas. O projeto contou com o apoio da Unidade Educacional Especializada José Álvares de Azevedo, sobretudo no aprendizado da escrita em Braille; na convivência com os alunos deficientes visuais com Necessidades Educativas Especiais; no treinamento com a professora de Orientação e Mobilidade para conhecer as formas básicas e outros procedimentos para conduzir uma pessoa cega, além de treinamento aos voluntários e profissionais do museu. A busca de apoio e parceria de instituições que atuam com acesso de pessoas com deficiência é outra forma de acessibilidade comunicacional. Com relação a isso, Patrícia Martins (2014) ressalta que:

[...] a consulta longo prazo das pessoas com deficiência na tomada das decisões nos assuntos que se relacionam com as questões de acesso, insere-se no seu papel social, na busca pelo combate à desigualdade social, criando oportunidades que valorizem a sua experiência e autonomia, e no seu papel transformador, colocando em destaque a influência que possa gerar pelo processo de representação (MARTINS, 2014. p. 193).

Neste aspecto, não basta buscar apenas uma resolução dos métodos de acessibilidade sem uma reflexão sobre a forma apropriada, pois em muitos casos pode ocorrer de forma inadequada ou limitada ao acesso em relação à organização do espaço expositivo, não levando em conta as necessidades do público visitante, as formas de locomoção, diferenças de estatura ou se os meios de comunicação, como textos, vídeos e legendas estão realmente acessíveis. Nesta prática, a consulta às pessoas com deficiência ganha um papel fundamental na tomada de decisão, pois se realizada por profissionais que não priorizem a acessibilidade do espaço ou que pensem no acesso somente após a montagem da exposição e não no conjunto das atividades do museu, acaba reproduzindo o discurso e uma prática de acessibilidade falha.

O modo apropriado seria garantir o acesso refletindo sobre o seu público, seu conforto e dignidade, para que todos tenham o mesmo direito de desfrutar o espaço em igualdade de oportunidades. Patrícia Martins (2014), ainda ao discorrer sobre a consulta às pessoas com deficiência, destaca as vantagens que essa forma de acessibilidade pode garantir para os espaços museológicos juntamente com as Pessoas com Deficiência:

Certamente que a solução passa pela prática de uma orientação mútua, com objetivos partilhados centrados na especialização profissional. No que concerne aos públicos com deficiência/incapacitados, existem amplas possibilidades de estabelecimento de parcerias com profissionais de serviços sociais e os seus clientes, que permitam a constituição de projetos duradouros, baseados no desenvolvimento de conhecimentos e enriquecimento pessoal e profissional de ambas as partes: o museu, que adquire uma melhor compreensão do público a que se dirige, e os participantes com deficiência/incapacitados, que veem as suas oportunidades de vida melhoradas através do seu envolvimento (MARTINS, 2014, p.196).

A participação proporciona uma união, estabelece relações e promove a acessibilidade de forma inclusiva, faz-se um encontro entre as diferenças, respeitando o direito de cada indivíduo à participação da vida cultural. Na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi estabelecido como um dos seus princípios “[...] o respeito pela dignidade inerente à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas [...]” (CONVENÇÃO ..., 2012).

Nesse sentido, é preciso respeitar a liberdade de escolha da pessoa com deficiência em participar ativamente da vida cultural ou não, porém os museus devem se manter como uma instituição de caráter propositivo para com a acessibilidade, que sempre inclui em seus projetos a política de acessibilidade, considerando principalmente que as Pessoas com Deficiência não constituem apenas em um grupo seletivo que visita o museu, do qual se considera excluído, ao dirigir-se à exposição para um grupo específico, pois se integram em grupos familiares, visitas escolares, turistas, grupos de empresas entre outros.

### **1.3. Acessibilidade Atitudinal**

Observa-se, assim, que as condições de autonomia que os espaços culturais podem promover são efetivadas por diversas metodologias. Instaurar meios de acessibilidade consiste em um enriquecimento para a instituição como provedora de mudanças e também uma estratégia para estabelecer uma conexão entre o público e o espaço, promovendo a identificação como um ambiente de inclusão social. Todas essas estruturações fazem parte da acessibilidade comunicacional do museu, mas a tomada de decisão das instituições museológicas para a quebra de todas as barreiras comunicacionais vai além dos métodos, é necessária uma mudança de pensamento sobre acessibilidade que demanda uma atitude.

A discussão sobre Acessibilidade Atitudinal é mais complexa e mais significativa em relação a este trabalho, usando as palavras de Carvalho (2014), a partir dela pode-se fazer com que as pessoas entendam a necessidade da implantação da acessibilidade como um todo, e compreendem as formas de promover essa e as outras acessibilidades nos espaços em que atuam, vivem ou frequentam. Enquanto não houver esta conscientização, em alguns casos somente a obrigatoriedade para o cumprimento de lei, as instituições mostram-se pouco preparadas para atender as pessoas com deficiências diversas, não apenas motora, muitas vezes não se tem ciência de ações que ultrapassem as rampas para tornar o local acessível.

A falta de ações para a acessibilidade impossibilita o alcance da experiência museológica de forma ampla e igualitária entre os diversos públicos, em especial as PCD. Entendendo, assim, que existem as barreiras atitudinais impostas nessas instituições. De acordo com Amanda Tojal (2007):

Barreiras atitudinais estão intrinsecamente relacionadas com as questões da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e conseqüentemente com a necessidade da conscientização dos indivíduos, da necessidade de se obter um maior conhecimento e convívio com as diferenças físicas e sensoriais dos seres humanos (TOJAL, 2007, p.175).

Para entender o processo de acessibilidade atitudinal como sendo ou não parte de uma perspectiva que falta constar dos projetos de articulação acessível no âmbito dos museus, temos que entender a inclusão e, conseqüentemente, a exclusão dessas pessoas nesses espaços.

A expressão “inclusão social” está interligada à questão da exclusão social, visto que, segundo André Desvallées e Françoise Mairesse (2011) em *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* ao conceituarem inclusão social, acentuam que ela tem por base o conceito de exclusão social, ou seja, o conjunto de mecanismos como o desemprego, a pobreza, o isolamento, que leva o indivíduo a ser excluído da sociedade.

A inclusão, enquanto fenômeno social, em contraparte à exclusão, tem como objetivo restabelecer o indivíduo dentro do contexto sociocultural. Ademais, no Ocidente, com destaque desde o início do século XX, a instituição museu tem o papel educativo e unificador, como mecanismo de inclusão social, relacionado à sua função social. Desde o final de 1980 (em especial na Grã-Bretanha e nos EUA), para justificar os pedidos de subsídios, os museus cada vez mais têm demonstrado o seu papel na sociedade (porque são criados para ela) através de ações museológicas – notadamente exposições – relacionado à integração de grupos específicos, até então excluídas do público do museu tradicional: grupos de imigrantes, minorias religiosas ou culturais, marginalizados, etc. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, tradução nossa).

Na inclusão *os profissionais possuem um valor e cultura de tratamento de igualdade*, é um olhar de entendimento que há a diversidade, cada um com o seu potencial e diferenças para o aprendizado independente se tem ou não alguma deficiência. É entender a particularidade de cada um. É utilizar estratégias para que a pessoa entenda o tema, entenda o trabalho e faça a partir de inovações criativas e de acessibilidade com o grupo ao todo. Nesta inclusão há a quebra de barreira atitudinal. É um olhar de Humanização (BEZERRA, 2014, grifo nosso)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> PORTAL EDUCAÇÃO. Quebra de paradigmas: acessibilidade, inclusão e barreiras atitudinais. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

Seguindo esta visão, aqui, o termo Atitudinal é usado de forma mais ampla, não somente como modo de tratamento de pessoas com deficiência quando chegam ao museu, mas concordando com Martins (2014), que vê a acessibilidade como uma questão de responsabilidade social, de todas as organizações culturais e o reconhecimento do seu potencial para atuar como agentes positivos da mudança social. O desafio para as instituições públicas e a todas as pessoas que nelas atuam reside em compreender a importância da inclusão social no seu próprio contexto, para se tornarem mais abertos ao desenvolvimento e inovação das práticas profissionais.

Atitudes positivas à acessibilidade devem ser empreendidas desde a formação do profissional que irá trabalhar com o público, para que a acessibilidade não fique na teoria e deixe de ser um ideal, tornando-se real com mais frequência. Para tal, precisa-se falar dos métodos de inclusão e mais abertamente da exclusão, visto que não é uma responsabilidade somente de interesse do museu, mas todo profissional deve estar preparado para exercê-la.

Amanda Freitas (2014) destaca que a formação de profissionais para atendimento às pessoas com deficiência é de extrema importância para que a Instituição consiga promover o atendimento adequado para todos os públicos. Garantir um espaço físico acessível e ações educativas pontuais não garante que a Instituição esteja preparada para receber todos os públicos, pois a inclusão começa quando as barreiras atitudinais são quebradas, garantido excelência em todos os atendimentos. Com isso, é uma responsabilidade que esses profissionais precisam começar a pensar, que a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços museológicos deve deixar de ser uma opção, mas um processo indispensável, responsável por mudanças sociais, transformações e preparado para influenciar e formar atitudes.

Francisco Lima (2005)<sup>13</sup> disserta sobre essas mudanças como sendo:

[...] uma transformação contínua e consciente, e se trata também de uma transformação concreta, já que ela tem de refletir em nossas atitudes, em nossas ações, em nossas falas, e, acima de tudo, em nós mesmos. A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A Inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos (LIMA, 2005).

Dessa forma, fica mais clara a noção de acessibilidade atitudinal como um elemento fundamental para implantação da acessibilidade como um todo. Para que o museu seja considerado verdadeiramente inclusivo, deve haver uma mudança contínua de pensamento

---

<sup>13</sup> INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. Mitos e preconceitos em torno do aluno com deficiência na escola regular e na escola especial. Disponível em: <<http://www.institutoinclusaobrasil.com.br>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

sobre a deficiência, para que as ações dos museus reflitam as mudanças sociais ou, mais que isso, precursoras das mudanças. Para tal, é necessário que os seus profissionais estejam à frente desta mudança, em união com os direitos assegurados há bastante tempo.

Em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146, de 6 de julho daquele ano, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)<sup>14</sup>, que foi a primeira lei federal baseada inteiramente na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, defendendo, entre outras coisas, que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (inciso II do artigo 4º).

Pensando nestas mudanças, as instituições museológicas tem o papel de conscientizar-se que os direitos das pessoas com deficiência foram alcançados com muita luta, por tanto não se caracteriza como um privilégio de ação alternativa para os espaços museológicos, para que a acessibilidade cultural seja eficaz, deve haver conscientização, compreender e sensibilizar-se sobre essa difícil realidade que são as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais de um lugar que tem como um dos seus parâmetros a educação, como isso a instituição e os profissionais que trabalham nela devem fazer o exercício de ter uma política de inclusão perceptível para o seu público nos espaços museológicos e para outros aspectos da vida.

Em síntese, neste capítulo reitera-se que os profissionais habilitados para trabalhar nos espaços culturais devem ser conhecedores dos direitos humanos e dos princípios legislativos no que tange às PcD e sejam adeptos das práticas de inclusão, visando minimizar a exclusão que este grupo vem sofrendo continuamente. Em vista disso, faz-se necessário manter-se em constante atualização sobre as dinâmicas sociais no que diz respeito à acessibilidade. No segundo capítulo busco aproximar essa questão da Acessibilidade Cultural e como este tema vem sendo abordado nos desenhos curriculares da formação do museólogo no Brasil, e no terceiro capítulo analisei essas questões e problemáticas em relação ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará.

---

<sup>14</sup> Presidência da República. Portal da Legislação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

## 2- FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DOS DESENHOS CURRICULARES

Neste capítulo enfatiza-se a discussão sobre as modificações curriculares ocorridas, a partir de um panorama geral sobre a historicidade dos cursos de museologia no Brasil, realçando o papel social do museólogo na sociedade, refletindo sobre os atuais desenhos curriculares dos 14 (quatorze) cursos de museologia no Brasil e a importância da inclusão e de discussões mais aprofundadas sobre acessibilidade cultural.

O caminho que os cursos de Museus<sup>15</sup> e, posteriormente, de Museologia desde a sua origem e como atuam hoje, segundo Gabrielle Tanus (2013 apud SÁ, 2007), foi uma trajetória que iniciou com a criação do Museu Histórico Nacional – considerado a primeira instituição museológica voltada especificamente para a história da nação – pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que previa também a criação do Curso Técnico (sic), com dois anos de duração, cujas disciplinas que seriam distribuídas entre as instituições já existentes: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, e o recém-criado Museu Histórico Nacional.

O Curso de Museus, considerado o primeiro do gênero nas Américas e um dos primeiros do mundo, previa, no primeiro parágrafo de seu Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, o ensino das seguintes disciplinas: no primeiro ano, História política e administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da arte (especialmente do Brasil), Arqueologia aplicada ao Brasil e, no segundo ano, História política e administrativa do Brasil, Numismática (brasileira) e Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de museus (TANUS, 2013 apud BRASIL, 1932, p.78).

Daniel Zen (2015 apud SÁ, 2013) expõe que a formação em museus e depois em Museologia foi um processo demorado, desenvolvido inicialmente pela necessidade de estudar as coleções dos museus e não de estudar a instituição museu e suas funções. Os estudos se concentravam no acervo, pautando-se em identificar os objetos, decifrar textos, inscrições ou estabelecer datações, procedências e autorias, ou seja, eram atividades de reconhecimento da “autenticidade” dos objetos.

Em 1951, o Curso de Museus passou do seu status técnico para o status universitário por meio de convênio firmado com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A efetiva mudança física e conceitual do curso ocorreu somente em 1979, quando o curso foi transferido de um instituto de memória para uma instituição voltada ao

---

<sup>15</sup> Cursos de museus eram voltados para questões técnicas ou aplicadas aos museus; e os cursos de Museologia voltam-se à interação entre teoria e prática e a Museologia como campo disciplinar.

ensino, pesquisa e extensão, a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Após essa transferência, em 1991 o Curso de Museus teve a sua denominação modificada para curso de Museologia, passando a vincular-se à única escola de Museologia do país, a Escola de Museologia da UNIRIO (TANUS, 2013).

Outro acontecimento que impactou significativamente o Curso de Museus ocorreu na década de 1970, em razão das transformações do campo e dos conceitos ligados a Museologia e aos museus, trazidas pela Mesa de Santiago do Chile, evento realizado em 1972, que introduziu o conceito de museu integral, tornando inevitável uma nova reformulação curricular no Curso de Museus. Desta forma, em 1974, o curso passaria pela sua quarta reforma curricular, que amplia sua duração, de três anos para quatro anos, o que gerou um aumento na oferta de disciplinas de formação de caráter mais amplo e interdisciplinar (TANUS, 2013 apud SIQUEIRA, 2009, p.80).

Sobre o segundo curso de museologia implantado no Brasil, o primeiro da região Nordeste, Tanus (2013) aponta ainda como o primeiro curso criado no âmbito de uma universidade, foi implantado em 1969, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por sugestão do arqueólogo e historiador de arte Valentin Calderón, primeiro coordenador e idealizador do curso. O currículo seguiu o modelo do primeiro currículo mínimo, expresso pelo Parecer nº 971/69 e pela Resolução nº 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE), o currículo do curso de Museologia da UFBA apresentava-se avançado para a época, porque ia além da ênfase dada ao museu e à coleção (TANUS, 2013 apud SANTOS, 2008).

Pode-se ainda destacar como um dos principais marcos de formação e desenvolvimento da disciplina Museologia a criação do Comitê de Teoria Museológica do Conselho Internacional de Museus (ICOFOM), que teve a fundação oficial em 1976, no entanto, sua criação, de fato, em maio de 1972, na Conferência Triannual do ICOM, em Moscou, e Leningrado. Neste ano, o ICOM formulou uma definição detalhada na qual conceituava a museologia como estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus (MENSCH, 2001).

Mas a partir de sua criação, o ICOFOM passou a ser o maior e mais importante fórum de discussão e estudo sobre teoria museológica; nos anos posteriores, os objetivos do ICOFOM eram a definição de museologia, a constituição de um sistema de conhecimento museológico, o desenvolvimento de um programa de ensino universitário da museologia e a compreensão das inter-relações da museologia com outros campos de conhecimento, tais como a filosofia, a antropologia social e cultural, as ciências políticas e da informação. A meta era a configuração da museologia como um campo de estudo independente (CURY, 2015).

Em 1976, quanto então foi criado o Comitê Internacional de Museologia, este termo designava a teoria que se refere ao trabalho museológico. O discurso internacional sobre a identidade da museologia como disciplina acadêmica somou-se aos problemas preexistentes à introdução de novos conceitos e de novas terminologias (MENSCH, 2001).

A museologia e sua definição, conceitos e como ideia de campo de conhecimento passou por inúmeras mudanças, destacando como exemplo a Declaração de Quebec em 1984, com os princípios básicos para uma nova museologia, visto por segundo Cury (2015) como um modelo inovador que traz várias contribuições e, sobretudo, agrega valores ao embate à “crise dos museus”, na medida em que se propõe ao enfrentamento entre os bens culturais e o público em todas as suas possibilidades e potencialidades.

Tereza Scheiner (1999) expõe que há uma tendência a compreender o Museu já não mais como instituição, mas como fenômeno social, de profundo significado educativo – capaz de atuar não apenas no estudo da conservação da cultura, mas também gerar novos conhecimentos e influir de modo positivo no desenvolvimento social.

No início dos anos 2000, Tanus (2013) aponta que o Governo Federal implantou, em 2003, por meio do Ministério da Cultura (MinC), a Política Nacional de Museus (PNM), que desde então vem investindo maciçamente na área museológica e gerando reflexos como a criação de novos museus em todo o Brasil. Como parte integrante dessa política cultural foi criado, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. [...] Desse modo, acredita-se que as ações em prol do crescimento e do fortalecimento das instituições museais despertaram nas instituições de ensino superior e na sociedade civil o reconhecimento da importância de formar profissionais aptos a trabalhar nesses espaços (TANUS, 2013).

Outro estímulo para criação de novos cursos de Museologia nas instituições de ensino superior se deu com a implantação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual institui o Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). A partir de 2007, como parte do Plano Nacional da Educação (PNE) lançado pelo Ministério da Educação (MEC), foram criados mais nove cursos de Museologia (TANUS, 2013).

Desde o primeiro curso aos dias atuais, o ensino da museologia passou por inúmeras modificações, adequando-se conforme o contexto histórico e demandas sociais, deixando de ser apenas tecnicista. Dessa forma, é importante ressaltar a formação do profissional museólogo como responsável por mudanças no que concerne ao seu campo de atuação, ou seja, em espaços

museológicos ou mesmo fora deles, associado às ações do processo de patrimonialização e ao patrimônio cultural. Tereza Scheiner (1999) elucida que o museólogo hoje, não é quem trabalha nos museus, mas quem pensa o Museu, quem atua para transformá-lo.

A autora afirma ainda que a relação do profissional não é apenas com o patrimônio material, mas com o sistema de poder – e espera-se que neste novo lugar social ele cumpra um papel relevante, atuando o Museu como agência formadora de mentalidades e como síntese das muitas realidades que definem, no tempo use no espaço, as identidades comuns aos grupos culturais; que leve em conta padrões de identidade, trabalhando a diferença numa relação não apenas dialética como os diferentes grupos sociais, mas também de afinidade, empatia e verdadeira participação (SCHEINER, 1999).

Tereza Scheiner(1999) aponta que os currículos plenos de Museologia deverão estar sintonizados com diretrizes curriculares que resumam as tendências mundiais, e que atendam às necessidades gerais da formação e também às especificidades de cada região onde os programas forem implantados. Pensando na acessibilidade como um tema que vem crescendo em visibilidade, e tratando de um tema global, que tem base na inclusão, a formação do profissional museólogo, em consonância com o seu papel social e considerando a orientação do Ministério da Educação<sup>16</sup> para os parâmetros curriculares acerca da formação do bacharel em museologia no Brasil, que salienta a necessidade de “traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação”, e “responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.”

E ainda visando o que Miguel Chacon (2004) sublinha ao participar da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Thailandia, 1990)<sup>17</sup>, e em consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994)<sup>18</sup>, dentre outros países, o Brasil *optou pela construção de um sistema de educação inclusiva*, acordando com uma série de projeção mundial sobre educação, compromissos que foram transformados em metas a serem alcançadas na década de 1990 a 2000.

O autor ainda enfatiza que houve por parte dos órgãos governamentais (CORDE, 1994; SEESP, 1994; CNE, 1998), ações na década de 1990 que culminaram em recomendações, no sentido de implementar o desenho curricular de cursos que formam

---

<sup>16</sup> MINISTÉRIO da Educação. Parecer CNE/CES 492/2001 - homologado. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0492.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>17</sup> Declaração para todos plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

<sup>18</sup> Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

profissionais para atuar com pessoas que apresentam diferenças no funcionamento de suas habilidades cognitivas, físicas e/ou sensoriais, hoje denominamos Pessoas com Deficiência. Em 1994, a Portaria nº 1.793 do MEC (BRASIL, 1994)<sup>19</sup>, recomenda que os cursos superiores que formam profissionais que atuam com pessoas com deficiência, realizassem a inclusão na matriz curricular de uma disciplina que buscasse a integração das PCD.

Ainda usando o termo Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, a Portaria do MEC aponta a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais. No seu Art.1º, determina a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, embora a prioridade seja para cursos de licenciatura, dispõe sobre a implantação em cursos que tenham essa integração.

Maria Machado (2012) comenta que neste contexto de crescimento da legislação, desde o final dos anos 1980 para os 90, com a Declaração dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, o surgimento de conceitos correlatos ao tema da acessibilidade, como inclusão, educação inclusiva, diversidade, Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), deficientes, acesso à informação, tecnologia assistiva (TA), exclusão, Atendimento Educacional Especializado (AEE), políticas de inclusão, entre outros, surgiram novas perspectivas de abordagem da acessibilidade em diferentes áreas do conhecimento e da sociedade.

A autora destaca, ainda, que no âmbito acadêmico esses debates são intensificados na última década. A abordagem das questões de acessibilidade e inclusão, de forma abrangente e interdisciplinar propicia diferentes enfoques, quais sejam: físico, educacional, moral e social. Portanto, o currículo, entendido como a formalização da cultura escolar e como fruto da identidade política e cultural de uma coletividade, deve refletir as necessidades expressas ou implícitas da sociedade (MACHADO, 2012).

Um currículo resulta de escolhas que devem levar em conta não apenas “o que” deve ser ensinado e “como” deve ser ensinado, mas principalmente “por que” este conhecimento deve ser ensinado. O que levou a opção por estes e não por outros conhecimentos? Quais são os interesses que estão por trás dessas escolhas? O currículo precisa ser entendido como um processo de construção social, atravessado por relações de poder “que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outra, que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento (MACHADO, 2012 apud SILVA, 2002, p.27, grifo do autor).

---

<sup>19</sup> PORTAL MEC. Portaria n.º 1.793, dezembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

Considerando que a Museologia se destaca pela interdisciplinaridade e a necessidade de discussão sobre acessibilidade em vários campos de conhecimento, as reflexões sobre esse tema na área da cultura são indispensáveis, considerando a ponderação de Tereza Scheiner (1999), destacando que o grande desafio dos cursos de formação do profissional em museologia é de atualizar seus conteúdos e metodologias de trabalho, contribuindo para o desenho das diretrizes que nortearão o trabalho do museólogo nos próximos anos, viabilizando uma formação pluralista, que leve em conta o acesso às novas tecnologias da informação e o debate sobre a inserção dos Museus e da Museologia no cenário global.

Ao questionar se essas atualizações refletem e visibilizam a acessibilidade como uma tendência a ser mais explorada por ser fundamental, e um desafio, principalmente no que tange ao campo cultural. Nesta perspectiva, a metodologia utilizada para formulação desse trabalho consiste no levantamento dos Desenhos curriculares dos 14 (quatorze) cursos de Graduação em Museologia no Brasil, realizado inicialmente por meio da plataforma do Conselho Regional de Museologia (COREM),<sup>20</sup> obtendo-se a listagem dos cursos existentes.

Com o objetivo de verificar se os cursos que estão formando futuros profissionais que em seu código de ética profissional<sup>21</sup> “... procura colocar as suas atividades e a própria museologia a serviço do aprimoramento da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio”, “Desencadear mecanismo para conhecer e sistematizar as expectativas, críticas e sugestões do público em relação às atividades museológicas, na tentativa de estreitar a relação entre o visitante e o museu,” estão levando em consideração a possibilidade de uma disciplina especificamente voltada para a acessibilidade como forma de desenvolvimento desses ideais e na contribuição para uma formação mais inclusiva.

Deste modo, a pesquisa considerou somente as disciplinas voltadas especificamente para a Acessibilidade, não fazendo qualquer menção de que os cursos de graduação em museologia não abordam o tema da acessibilidade mesmo sem disciplinas específicas, mas buscando quais cursos optaram por implantar disciplinas que corroborem as reflexões sobre o tema. A partir disso foi realizada uma investigação empírica por meio de sites institucionais que disponibilizam seus desenhos curriculares online<sup>22</sup> (Quadro 1).

---

<sup>20</sup> COREM 2ª Região. Cursos no Brasil. Disponível em: <<https://corem2r.wordpress.com/o-museologo/cursos-no-brasil/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

<sup>21</sup> COFEM. Código de Ética. Disponível em: <[http://cofem.org.br/legislacao\\_/codigo-de-etica/](http://cofem.org.br/legislacao_/codigo-de-etica/)>. Acesso em: 11 mar. 2017.

<sup>22</sup> A pesquisa considera as matrizes curriculares disponibilizadas nos sites institucionais; no caso de atualização dos desenhos curriculares, neste trabalho será referida somente a versão atualizada disponível online.

Quadro 1. Cursos de Graduação de Museologia.

<b>NOME</b>	<b>SIGLA</b>	<b>ESTADO</b>	<b>REGIÃO</b>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Rio de Janeiro	Sudeste
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Minas Gerais	Sudeste
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Sudeste
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Bahia	Nordeste
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Bahia	Nordeste
Universidade de Brasília	UNB	Distrito Federal	Centro-Oeste
Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiás	Centro-Oeste
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Pernambuco	Nordeste
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	Rio Grande do Sul	Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Rio Grande do Sul	Sul
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina	Sul
Centro Universitário Barriga Verde	UNIBAVE	Santa Catarina	Sul
Universidade Federal de Sergipe	UFS	Sergipe	Nordeste
Universidade Federal do Pará	UFPA	Pará	Norte

Fonte: Dados da Pesquisa.

Analisando os desenhos curriculares observou-se que entre as disciplinas ofertadas, a disciplina de LIBRAS tem a maior incidência nos currículos analisados. Do total de sete (07) cursos que ofertam a disciplina de LIBRAS, esta inclui-se na categorial eletiva; nos demais cursos não disponibilizam a lista de disciplinas eletivas na sua plataforma, mas esta disciplina não é ofertada como obrigatória.

Percebe-se que a difusão da linguagem Libras é mais comumente encontrada nos currículos do ensino superior do que outras ligadas à acessibilidade,. Isto se deve principalmente à Lei nº 10.436/2005,<sup>23</sup> que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que regulamenta a inclusão curricular de LIBRAS como conteúdo obrigatório nos cursos de licenciatura e optativo nos demais cursos superiores.

<sup>23</sup> DICIONÁRIO Libras. Libras -lei federal - língua de sinais -lei nº 10.436 regulamentação da - maio/ 2005. Disponível em: <<http://www.dicionariolibras.com.br/website/artigo.asp?id=784>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

Ainda sobre os cursos que disponibilizaram a lista de disciplinas eletivas, identificou-se a oferta do curso de *Acessibilidade a Museus*, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)<sup>24</sup>, e dos cursos de *Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais e Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva*, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>25</sup>.

Embora a maioria das disciplinas com a temática da acessibilidade esteja na categoria eletiva, é possível perceber uma aspiração para mudança para optativa, ainda de forma restrita pelo fato desta categoria, na maioria dos cursos, incluir apenas a disciplina de Libras, que é um grande avanço para a construção de uma formação inclusiva, mas está longe de abranger a diversificação e complexidade das questões sobre Acessibilidade.

Maria Machado (2012) afirma que uma sociedade inclusiva em sua plenitude, infelizmente, ainda não existe, pois incluir é aproximar e adequar pessoas em condições menos favoráveis às mais variadas opções existentes. A isso se soma o fato de que todo e qualquer indivíduo deve ter seus direitos fundamentais respeitados e suas necessidades informacionais atendidas. Entendendo que o acesso à informação e a comunicação são potenciais facilitadores desses dois processos.

Desde modo, apesar de não se poder abarcar todo o conteúdo que dialoga com a área de conhecimento da museologia, há a necessidade de um debate mais amplo sobre as questões centrais. Para que a sociedade atinja esse ideal de inclusão, todos deverão comprometer-se em olhar para o diferente e pensar que é na integração que se compõem a diversidade, pois um ambiente plural e inclusivo presume a quebra das barreiras erigidas com base em preconceitos de qualquer ordem (MACHADO, 2012).

Ajudar as diferentes sociedades a desenvolver sua autopercepção alinhada a uma visão clara de sua significação assim como a sua presença no planeta pode ser uma perspectiva complexa para aqueles que ainda abordam o patrimônio de um modo tradicionalista, mas é uma meta totalmente alcançável quando os museus abordam a cultura e o patrimônio de modo plural (SCHEINER, 2010).

---

<sup>24</sup> PRÓ-REITORIA de Graduação - Universidade Federal de Ouro Preto. Cursos. Disponível em: <<http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos>>. Acesso em: 14 set. 2016.

<sup>25</sup> UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Museologia. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibecurso?cod\\_curso=731](http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibecurso?cod_curso=731)>. Acesso em: 14 set. 2016.

O Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia<sup>26</sup> implantado pelo Ministério da Cultura, programa esse parte integrante da Política Nacional de Museus, destaca que a Museologia e o museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca de um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados, no sentido de utilizar o patrimônio cultural como um referencial para o exercício da cidadania e o desenvolvimento social. Deste modo, o processo museológico é compreendido como um processo educativo e de comunicação.

Daí, a necessidade de uma avaliação constante que deverá fornecer dados significativos para a definição da missão e dos objetivos a serem alcançados, o que implica a necessidade de abertura, por parte de seu corpo técnico e das pessoas responsáveis por sua administração, manifestada em atitudes que demonstrem a motivação e o desejo de mudar, de buscar uma atualização constante, compreendendo que, para desenvolver o pensamento crítico, é necessário haver sistematização e argumentação. Com certeza, esse novo caminhar nos conduz, urgentemente, à necessidade de se repensar o perfil do profissional museólogo e dos demais trabalhadores de museus e o seu campo de atuação (PROGRAMA ..., 2003, p. 6).

A única universidade em que encontrada em seu desenho curricular uma disciplina especificamente voltada à acessibilidade de forma obrigatória foi a Universidade Federal de Sergipe (UFS),<sup>27</sup> ofertando dois cursos intitulados *Educação e Acessibilidade em Museus* (60h) e *Educação especial em museus* (60h). Essa oferta mostra a intenção de um currículo inclusivo, que totaliza as necessidades contemporâneas dos espaços museológicos. Tereza Scheiner (1999) assinala que Programas de Graduação em Museologia são e devem ser abrangentes, permitindo uma formação sistêmica no campo das Humanidades e oferecendo em conjunto de experiências pedagógicas que permitem ao estudante perceber o Museu em sua organicidade, e ao mesmo tempo entender as suas relações com a natureza, o homem, a sociedade e a produção cultural.

A autora aponta ainda que os cursos devem promover uma reflexão permanente sobre o Museu e suas diferentes manifestações no tempo e no espaço, oferecendo possibilidades de análise de todas as vias de atuação do museu, e ainda ressalta que é nos programas de graduação que o futuro profissional de museus se dá conta da incrível complexidade do Museu e das questões a ele relativas, sendo essa uma questão fundamental (SCHEINER,

---

<sup>26</sup> MINISTÉRIO da Cultura. Programa de formação e capacitação na área de museologia. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/programa-de-formacao-e-capacitacao-na-area-de-museologia.pdf/c237a873-4b89-4d4c-93bd-392986d26295>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>27</sup> SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Departamento de museologia. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=219>>. Acesso em: 14 set. 2016.

1999). Ter a perspectiva de inclusão perceptível também contribui para equilibrar as abordagens diferenciadas do enfoque das disciplinas relacionadas à formação do museólogo, que abrangem os processos da musealização ou mesmo desassociar a museologia de uma ciência que prioriza tão somente o acervo, a cultura material, mas que provoque conexões entre o profissional e o público, de forma que as diferenças sejam contempladas não excluídas.

Consideramos que o museólogo e os demais profissionais que atuam nos museus ao assumirem o seu compromisso social, têm uma responsabilidade de atuar, quer seja no interior do museu ou fora dele, buscando construir, com os diversos segmentos da sociedade, um desenvolvimento quer seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural (PROGRAMA ..., 2003).

O curso, ao formar um profissional capaz de formular métodos para facilitar a apropriação da pessoa com deficiência no espaço museológico, e sensibilizar tanto estudantes como professores quanto à necessidade de evidenciar a questão na sua prática profissional está desempenhando a função de qualificar profissionais comprometidos com a inclusão. O processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, tendo como referencial o patrimônio cultural, buscando atingir a missão de formar cidadãos, capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Assim como um campo de memória, o museu pode ser espaço de educação, fórum de ideias e pode desempenhar um papel importante nos processos de inclusão social e de democratização dos bens, da ação e da produção cultural. A partir disso, a abordagem sobre as dimensões social e educativa dos museus é um conteúdo indispensável na formulação dos programas de capacitação e formação (PROGRAMA..., 2003).

Nesse propósito, as universidades têm uma importância significativa como ambientes formativos de massa crítica, para a construção de outra realidade social. “Profissionais formados e trabalhando para e com a sociedade” (MACHADO, 2012). Para essa idealização, o profissional do presente e do futuro deverá, portanto, ser criativo, capaz de adaptar-se às mudanças do seu meio cultural e profissional, e também de provocar mudanças, desenvolvendo um compromisso permanente com o pluralismo cultural e com a ética da diversidade – e comunicando-se – de modo a transformar os museus e a Museologia em verdadeiros instrumentos de socialização e de educação para a liberdade (SCHEINER, 1999).

Refletindo sobre as questões da acessibilidade como um tema a ser mais difundido, que precisa crescer exponencialmente na área cultural, considerando o museólogo como um profissional que deve estar comprometido com o público e todas as suas diferenças para um acesso inclusivo nos espaços museológicos, os cursos devem assumir a responsabilidade de

preparar profissionais que sejam capazes de contribuir com as constantes renovações sociais, contextualizado com os movimentos sociais que hoje vêm crescendo e que está em busca da liberdade de participação em várias esferas sociais, a museologia como campo de conhecimento vem se modificando, se atualizando frequentemente ao longo dos anos, e se a museologia atual ainda não está pensando na acessibilidade cultural, na integração das pessoas com deficiência na formação dos seus profissionais, está na hora de se reatualizar.

Neste capítulo apresentei como o tema da Acessibilidade Cultural vem sendo explorado ou não nos cursos pesquisados, ainda de maneira exploratória, a partir dos dados divulgados em sites abertos e considerados pelo campo da formação de museólogo como o COREM, órgão responsável pela atuação profissional deste profissional. Também, exploro esta temática relacionada às considerações acerca da formação do museólogo no âmbito universitário e acadêmico. No próximo capítulo enfatizo o curso de museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) refletindo sobre a forma como está contemplado o tema da acessibilidade em seu Plano Político Pedagógico, e como os discentes, egressos e docentes do curso evidenciam hoje a questão da acessibilidade e qual seria a relevância de uma disciplina voltada para Acessibilidade Cultural como uma alternativa para a construção de um curso mais inclusivo no que se refere às PcD.

### **3- PROPOSTA DE INCLUSÃO DO TEMA DA ACESSIBILIDADE NA FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO DO CURSO DE MUSEOLOGIA UFPA.**

Neste capítulo busco aprofundar a reflexão sobre o panorama da inserção do curso de museologia na Universidade Federal do Pará, o primeiro curso na região Norte do país, vislumbrando a possibilidade em uma nova atualização curricular, em benefício da acessibilidade, partindo da análise do seu Plano Político Pedagógico atual e o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2016-2025 da UFPA, além e da opinião de alguns discentes egressos e de docente do curso, de como a acessibilidade vem sendo tratada nas discussões em sala de aula e a relevância do tema para ser debatido de forma abrangente, na perspectiva interdisciplinar e no âmbito de uma disciplina específica.

Instituído em março de 2009, o Curso de Museologia da UFPA foi o 14º Curso criado no contexto nacional, sendo o primeiro curso de formação superior de museólogo da região Norte, composta por 449 municípios e uma população estimada de 17.707.783 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). O curso está sediado no Campus Universitário da UFPA na cidade de Belém, capital do estado do Pará, uma das metrópoles brasileiras e a maior da região Norte, integra os 43 municípios do Estado, cuja população é de 6.970.586 habitantes (IBGE, 2005). A população de Belém é de 1.428.368 habitantes (IBGE, 2006), distribuída em 71 bairros e oito distritos administrativos. (BRITTO; BORGES, 2011, p.161).

A criação do novo Curso de Museologia na UFPA justificou-se, em sentido amplo, pelo histórico do patrimônio musealizado no Estado e na Região Norte do Brasil e, em sentido restrito, por estar relacionado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2001-2010 da UFPA. (Ibid. p. 163). O PDI apresenta em seu ideário a construção de “sinergias interinstitucionais”, em que a administração estratégica visa o “compromisso de construção da cidadania por meio” de dois princípios básicos essenciais, com destaque o “desenvolvimento sustentável” que busque “conciliar o crescimento econômico, com o respeito ao meio ambiente, tendo em vista à melhoria dos indicadores de desenvolvimento social” da região (BRITTO. BORGES. 2011 apud UFPA, 2002).

A primeira versão do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Museologia, data da primeira metade dos anos 1990, organizada pelos integrantes do Conselho Regional de Museologia – 6ª Região e a efetivação do curso foi viabilizada pela parceria realizada entre o Conselho e a UFPA, por meio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), nos

primeiros anos do século XXI. O Curso de Bacharelado de Museologia da UFPA, criado e aprovado, respectivamente, pelas Resoluções nº. 3.843 e nº 3.844 (19/03/2009), atualmente está vinculado ao Instituto de Ciências da Arte (ICA) (BRITTO; BORGES, 2011, p. 163).

A segunda e atual versão passou por um processo de redesenho do projeto curricular, para o qual foi criada a comissão de avaliação e reestruturação, composta pelo corpo docente do Curso de Museologia atuante e demais professores colaboradores de outras unidades acadêmicas da UFPA, dois representantes discentes e uma assessora técnica no campo específico da Museologia. A comissão ainda definiu as diretrizes básicas para a implantação das alterações necessárias ao redesenho do Curso, especialmente no que se refere à adequação da carga horária para as disciplinas específicas do campo da Museologia, atendendo às exigências da Rede de Professores de Museologia, das atuais Diretrizes Curriculares do MEC e da Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (PROPOSTA ..., 2011).

A educação, para tornar-se inclusiva, seja ela formal ou não formal, se vê desafiada frente a importantes mudanças na sociedade. Segundo Fernanda Porto e Daniela Nobre (2015), a universidade tem um papel essencial na sociedade, prioritariamente o de instrumentalizar e formar profissionais, mas também de pensar na formação dos cidadãos que por ali transitam, capazes de ter uma visão crítica e questionadora sobre o mundo ao qual pertencem confiantes de seu potencial de produtor de conhecimentos. Diante disso, surgem então as perguntas: O que se faz necessário para que o curso de museologia comece a dar uma maior importância ao tema da acessibilidade? De que forma ele poderia explorar mais o tema? A discussão sobre o tema em sala de aula está sendo suficiente? Refletindo sobre essas questões, parte da metodologia utilizada para a construção deste capítulo foi realizada através de entrevista com os docentes de diferentes núcleos de ensino do curso de Bacharelado de Museologia UFPA e discentes das turmas de 2013 e 2014<sup>28</sup>, assim como aplicação de questionários para alguns egressos, considerando também o atual Plano Político Pedagógico do curso.

Segundo Fernanda Porto e Daniela Nobre (2015 apud LUCKESI 1983), “a educação, seja ela qual for, e especialmente a formal, pretende instrumentalizar o sujeito para compreender o mundo através do seu ato de estudar”. O autor complementa esta ideia,

---

<sup>28</sup> A escolha apenas de discentes dessas duas turmas justifica-se por serem as duas turmas mais antigas, estando a turma de 2013 no oitavo semestre, e de 2014 no sexto, e ambos cumpriram a maioria das disciplinas ofertadas.

alegando que a compreensão do mundo por parte do estudante, lhe possibilita uma forma crítica de ação, pois lhe permite uma atividade com *conhecimento de causa* e grande propriedade o que pretende fazer, tanto na sua trajetória pessoal como profissional (PORTO; NOBRE, 2015, p. 55, grifo do autor).

No Plano Pedagógico atual, o curso de museologia tem como um dos seus objetivos específicos a responsabilidade social e a ética do museólogo junto aos núcleos e comunidades, buscando um equilíbrio em sua formação entre os aspectos humanísticos e de informação e comunicação. Analisando os elementos de responsabilidade social e ética do profissional, considera-se o compromisso com a acessibilidade das pessoas com deficiência como temas relevantes a serem debatidos, pela necessidade de pensar criticamente sobre o assunto. Ademais, por questões de direito, o curso de museologia da UFPA oferta duas disciplinas em que se diferenciam suas ementas ao abordar o tema acessibilidade; na disciplina de Elementos da Exposição, a ementa aponta “[...] recursos expositivos para públicos especiais”; e a disciplina Laboratório de Desenvolvimento de Exposições que em sua ementa trata de “[...] Estudos de adequação de espaços a visitantes especiais” (PROPOSTA ..., 2011).

Embora outras disciplinas tenham em sua ementa o tema do museu inclusivo, sabe-se que esse conceito é bastante amplo, mas não necessariamente a acessibilidade da pessoa com deficiência é levada em consideração. Ao serem indagados sobre se a acessibilidade é bem desenvolvida durante o curso, grande parte dos discentes e egressos entrevistados negou que se trata do tema satisfatoriamente.

*Eu acho que não, porque até pouco tempo a gente ouviu falar que tinha pelo menos assim, uma disciplina optativa no curso, para trabalhar com a questão da acessibilidade, mas atualmente a gente já tá no sexto ou quinto semestre, não sei, e a gente ainda não viu nada, nadinha de acessibilidade (SILVA, Rayana Alexandra S. [Mar.2017] – Discente turma 2014. grifo nosso).*

A disciplina mencionada refere-se a LIBRAS, que apesar de estar no desenho curricular como disciplina eletiva regular, foi ofertada somente em 2013. As turmas que ingressaram em anos posteriores não tiveram a oferta da disciplina.

*Eu acho que é, dentro das disciplinas que abordam esse tema os professores estão sempre procurando abordar da melhor maneira possível, eu acho que é um tema bem pertinente e ele é bem falado no curso (SILVA, Ana Daniela N. [Mar.2017] – Discente turma de 2014).*

*Não, pois tanto do ponto de vista teórico quanto prático o tema da acessibilidade foi trabalhado de forma muito vaga, a não ser em algumas discussões durante determinadas disciplinas do curso que estavam mais relacionadas ao papel dos Museus para a sociedade (AZULAI, Luciana Cristina O. [Mar.2017] – egresso turma 2011).*

Apesar de menções sobre acessibilidade em algumas disciplinas específicas, com os professores colocando o assunto em pauta. Ainda não se tem um aprofundamento sobre a questão, observa-se pelas entrevistas que é necessária uma abordagem mais aprofundada sobre o tema. “[...] eu diria que tem um desenvolvimento, mas eu acho que não chegamos ainda a um ideal, porque a gente tem o curso de LIBRAS, mas acho que só isso eu acho que não basta” (OLIVEIRA, Bruno Nascimento. [Mar.2017] – Discente turma 2013.). A disciplina de LIBRAS é a referência mais importante de curso que teve um desenvolvimento maior sobre acessibilidade, porém, como já discutido, apesar de ser um grande avanço em termos de inclusão, ainda não é o suficiente.

[...] A turma que eu fiz parte foi a pioneira do curso, tudo era novo para docentes e discentes. O tema *Acessibilidade* foi abordado sucintamente nas disciplinas: Teoria da Percepção Visual, Museografia, Laboratório de Conservação, Educação Patrimonial, e Elementos da Exposição; em todas, como breve tópico durante uma aula (SOUZA, Lucimery Ribeiro. [Mar.2017] – egresso turma 2009).

Durante o curso, pouco se falou sobre a questão da acessibilidade, e quando tratado o tema este foi visto de uma maneira muito curta, mais voltada a questões físicas do que discussões acerca do que realmente seria a acessibilidade em museus. (SANTOS, Christiane Sofhia G. [Mar.2017] – egresso turma 2010).

Fernanda Porto e Daniela Nobre (2015) enfatizam que aprendizagem esperada por parte do discente na universidade é de um sujeito autor, capaz de se posicionar diante dos desafios encontrados na vida profissional, estimulando habilidades de criatividade e inovação, sendo que, o ambiente universitário deve contribuir para formar um profissional capaz de se engajar e participar de projetos em prol da sociedade e dos avanços teórico/ práticos em benefício da humanidade.

Deve-se observar que em 2011 o curso de museologia passou por uma reestruturação do seu projeto político pedagógico, mas pode-se perceber semelhanças na fala de discente e egressos quanto à abordagem de acessibilidade pelo curso. Não se pode negar que há uma tentativa por parte dos docentes, partindo da questão do papel social do museu como um lugar que tem a responsabilidade de ser acessível, mas nota-se que essa discussão pouco avançada dentro do curso, fala-se da necessidade, falta uma maior reflexão de como supri-la.

Seguindo o mesmo perfil de questionamento, perguntou-se aos egressos e discente se houve alguma disciplina específica em que se aprofundou mais o tema.

Não, acho que não, a gente [...] eu não lembro de ter visto nada até agora de acessibilidade (SILVA, Rayana Alexandra S. [Mar.2017] – Discente turma 2014).

As respostas mostram que não se tem um núcleo de ensino no qual o tema seja abordado mais enfaticamente, porém, diferentemente de ser uma questão positiva em face da interdisciplinaridade, finda ocorrendo pinceladas, por vezes superficiais sobre o conteúdo, “A temática da acessibilidade sempre foi discutida de uma maneira muito superficial e diferentes disciplinas, sem um foco que desse embasamento sobre tal discussão” (SANTOS, Christiane Sofhia G. [Mar.2017] – egresso turma 2010).

Há determinados momentos em que o conteúdo sobressai, principalmente quando são desenvolvidas atividades que têm um objetivo mais prático e focal, como o caso de LIBRAS, Planejamento de Exposições e Educação Patrimonial.

O de LIBRAS foi bem explorado, mas eu acho que não deveria muito nos limitar só a ele (OLIVEIRA, Bruno Nascimento. [Mar.2017] – Discente turma 2013).

Não, específica, disciplina não, a gente lembra da disciplina que a gente discutiu que foi a LIBRAS, mas tipo, foi só para cobrir tabela (MOURA, Vivian Leticia. [Mar.2017] – Discente turma 2013).

[...] A disciplina Laboratório de Planejamento de Exposições, na qual o tema foi abordado em um seminário em sala de aula intitulado “Acessibilidade em espaços expositivos”, e posteriormente foi desenvolvido um artigo sobre a temática como parte da avaliação final da disciplina (AZULAI, Luciana Cristina O. [Mar.2017] – egresso turma 2011).

Tem, eu acho que na disciplina da professora Márcia Bezerra ministra é na disciplina de Educação Patrimonial ele é bem explorado esse tema na Educação Patrimonial (SILVA, Ana Daniela N. [Mar.2017] – Discente turma de 2014).

O objetivo do curso de museologia segundo seu Projeto Pedagógico (2011) é formar Museólogos capacitados em reconhecer e interpretar o fenômeno Museu, nas suas diferentes formas e contextos de manifestação e para atuar no estudo, documentação, conservação, comunicação e valorização do patrimônio musealizado e/ou com potencial de musealização – com ênfase nas questões vinculadas à região amazônica.

Incorporar o tema da acessibilidade cultural nesta estrutura de formação é construir um pensamento de valoração do ato de inclusão, de percepção ética do direito à participação da vida cultural. Tereza Scheiner (2010) assinala que perceber a ética como valor implica ir além do âmbito do conhecimento, em direção aos mais profundos dos sentimentos humanos: a emoção. É no âmbito da sensibilidade, dimensão onde se originam a inquietude, o desejo e as mais profundas percepções que podemos desenvolver novas percepções da alteridade e gerar a verdadeira transformação social – a que se desenvolve quando nos sentimos capazes de ver Outro na plenitude de nossa individualidade, de nossa humanidade.

A autora determina ainda que somos responsáveis pelos modos e formas através dos quais nos relacionamos com a cultura, o patrimônio e as identidades, em todas as esferas da vida cotidiana. Espera-se que as instituições ligadas à cultura e ao patrimônio estejam preparadas para adequar-se a essas (novas) realidades e que contribuam para legitimar a mudança. Mas é certamente um grande desafio administrar essas instituições no fluido cenário global (SCHEINER, 2010). Não se pode dissociar a responsabilidade de adequação das instituições da mesma necessidade do profissional que está sendo formado e que está formação possa está de acordo com essa “nova” realidade de direitos que devem ser atendidos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (PDI 2016-2025) tem como um dos seus princípios que norteiam o Projeto pedagógico institucional o trabalho docente como eixo articulador da produção do conhecimento e sua veiculação, assumindo que:

O trabalho docente é um trabalho intelectual; requer autonomia e consciência crítica para analisar o que acontece com o ensino (dentro e fora da sala de aula) e o modo como o contexto social mais amplo se relaciona com a função social do trabalho docente, tendo como horizonte finalidades educativas pretendidas e sua concretização, pois o ensino é uma atividade teórica prática transformadora da realidade. Ou seja, o ensino é práxis (PDI 2016-2025 UFPA, 2016 apud FRANCO, 2013).

O PDI 2016-2025 da Universidade Federal do Pará sintetiza as referências para o planejamento da instituição ao longo da próxima década. O documento parte do reconhecimento de que, no mundo contemporâneo, produzir conhecimento de ponta e formar recursos humanos de excelente nível são atribuições das instituições universitárias, às quais é necessário integrar um grande esforço de transferência de conhecimento para a sociedade, de contribuição para a resolução dos grandes problemas com os quais lidam no dia a dia. Esses problemas são, via de regra, de uma complexidade nova, acessível apenas com abordagens que transcendem os tradicionais limites disciplinares. Portanto, a universidade a ser construída ao longo dos próximos anos é uma instituição voltada à formação para o trabalho interdisciplinar, para a interação criativa e responsável com as demandas mais fundamentais da sociedade, em que a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e a extensão desenvolvem-se de modo integrado, tendo a inovação como um objetivo presente e a interação com os setores não acadêmicos da sociedade como prática cotidiana (PDI 2016-2025 UFPA. 2016, p. 6).

Por isso, além da reflexão dos discentes e egressos sobre como está sendo o desenvolvimento do tema da acessibilidade no curso de museologia, os docentes foram questionados sobre diferentes núcleos de ensino; e se em alguma disciplina que ministrou o tema veio à pauta. A docente Marcela Cabral, que tem sua área de atuação/concentração em “[...] Museologia, documentação museológica”, menciona que abordou o tema na disciplina Elementos da Exposição, uma das que se propõem a desenvolver o assunto.

[...] Foi em forma de seminário, em relação à disciplina Elementos da Exposição, a gente trata de recursos que facilitam a aprendizagem do público, a compreensão do público em relação às exposições, luz, cor, texto, enfim um pouquinho da parte do circuito e um dos seminários eu pedi que fizesse sobre a acessibilidade nos museus em exposições (CABRAL. Marcela. [Mar.2017] – Docente do curso).

A docente Carmen Silva<sup>29</sup>, tem a área de atuação/concentração em “[...] Ciências Sociais Aplicadas – Comunicação/Museologia/Teoria da Informação – e Linguística, Letras e Artes – Fotografia, Artes do Vídeo. [...]” Informa que o tema foi debatido em algumas disciplinas que ministrou.

[...] nas disciplinas Percepção e Comunicação, Museologia e Comunicação e, sobretudo, Laboratório de Estudos de Público, ao trabalhar o conteúdo sobre “museu inclusivo”, quando tratamos acerca da inserção de todos os tipos de público, inclusive as pessoas com alguma forma de deficiência. Discutimos ainda a necessidade dos Museus se adaptarem tanto no que diz respeito à acessibilidade dos prédios quanto ao planejamento e execução de exposições e atividades educativas e comunicacionais mais inclusivas, voltadas para as diferentes formas de percepção, o que insere a preocupação com as pessoas com alguma forma de deficiência (cadeirantes, deficiência auditiva, visual, etc.) (SILVA, Carmen. [Mar.2017] – Docente do curso).

O terceiro docente entrevistado, professora Sue Costa tem como área de atuação/concentração “[...] conservação preventiva de acervos, trabalho também com a parte de Ciências da Terra. – Trabalha – Como professora, projeto de pesquisa e extensão.” E relata que o tema não foi abordado em nenhuma de suas disciplinas.

Não, eu vou te dizer da minha justificativa. Não por dois motivos, primeiro eu não tenho preparo e não existe, por exemplo, nenhum material, nenhum livro, eu nunca vi sobre práticas de conservação para algum tipo de necessidade especial, eu até entendo que, por exemplo, pra quem tem problema auditivo não tem problema nenhum a disciplina que eu dou, mas por exemplo não saberia como da conservação preventiva para um aluno que não enxerga, o que que eu poderia fazer, entendeu, um aluno que tenha problemas motores, sabe de manipulação e tudo mais, até porque na conservação isso é muito a materialidade, os estudo da materialidade, da manipulação do material, isso é muito, muito forte, então isso eu não dei. A segunda coisa parte também de um preconceito meu de achar que a acessibilidade ela está muito mais vinculada a o acesso a um espaço, então eu entendia que essa parte de acessibilidade dentro que eu entendia o que era acessibilidade, ela seria abordada em outras disciplinas, sabe, disciplinas que trabalhassem mais com o espaço físico, que fizessem propostas, tipo a própria gestão de museus, a parte de expografia, eu imaginava que era nessas áreas que precisaria trabalhar mais a acessibilidade (COSTA. Sue. [Mar.2017] – Docente do curso).

Como um campo em que a materialidade, a conservação do objeto, do edifício é o ponto central, as dificuldade para conectar esses dois campos são o maior desafio da museologia atualmente. E essa é uma das grandes barreiras e não pode ser ignorada, mas sim debatida em

---

<sup>29</sup> Diferentemente dos outros docentes mencionados aos que a coleta de dados foi realizada por entrevistas, as questões para a docente foram realizadas através de questionário.

sala de aula. Rosângela Britto e Luiz Borges (2011 apud BRITTO, 2009) apontam que os pressupostos teóricos que sustentam o atual desenho curricular têm como conceitos operatórios a articulação da ideia de patrimônio e de memória social como ações de preservação do documento-monumento que gera as categorias de “lugares de memória” e de “espaço de significações”. O museu, como prática social, é compreendido na relação entre homem/sujeito e o objeto/bem cultural, em um espaço/cenário denominado museu e fora dele, considerando-se que o homem, o bem cultural e o espaço/museu fazem parte de uma mesma realidade historicamente determinada (BRITTO, BORGES 2011 apud BRITTO, 2009. grifo dos autores).

Seguindo a ideia desse pressuposto em que se construiu o atual desenho curricular, e que “[...] o ensino deve articular-se ao conhecimento produzido e a sua necessária comunicação e intervenção no conjunto da sociedade levando em conta a dinâmica da realidade social” (PDI/UFPA 2016-2025). E, partindo da ideia do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA para os próximos dez anos, é a flexibilidade curricular, em que a política curricular deve assumir concepções inovadoras e diferenciadas do ponto de vista dos conteúdos e temas de aprendizagem e, em termos metodológicos, assumindo a flexibilidade como noção que possibilita a construção de trajetórias formativas peculiares, que possibilitem a articulação entre diversos campos do saber, a proposição de diferentes tipos de componentes curriculares e a incorporação de experiências variadas. Foi perguntado para os discentes e egressos do curso de graduação em museologia quais as disciplinas que cursaram seria mais relevante falar mais sobre acessibilidade, pensando na interdisciplinaridade do curso e de como caminhos curriculares diferenciados e inovadores podem e devem dialogar com a acessibilidade. A docente Carmen Silva aponta:

[...] acredito mais no tratamento deste conteúdo de forma transversal, nas diversas disciplinas, por dois motivos. O primeiro que é um conteúdo que deve ser pensado de forma complexa e não em recorte disciplinar, pois pode permitir que seja trabalhado sob diversos ângulos, em abordagem inter ou transdisciplinar, que é um perfil da própria Museologia. O outro motivo é quanto ao tempo, se for trabalhado de forma transversal será um conteúdo discutido em diversos períodos da formação do museólogo, ou seja, durante todo o curso, e não só um semestre. Isso permitirá também chances de atualização, já que se trata de um tema que é constantemente rediscutido em novas regulamentações, editais, entendimentos que também atingem o exercício da profissão de museólogo e, ainda, do pesquisador em Museologia (SILVA, Carmen. [Mar.2017] – Docente do curso).

O PDI/UFPA 2016-2025 informa que garantir oportunidades diferenciadas de integralização curricular exige a superação do regime seriado, com a proposição de currículos que, observando as orientações previstas nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação, ofereçam a possibilidade de construção de percursos formativos diferenciados.

Entendendo os cursos como percursos, faz-se necessária a oferta de condições de acesso simultâneo a conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas, tanto na sua área profissional quanto em áreas que possam enriquecer a formação interdisciplinar do discente, bem como promover a redefinição de conteúdos, rever a carga horária das atividades e prever novas distribuições de encargos didáticos (PDI/UFPA 2016-2025).

As disciplinas citadas foram diversificadas, mostrando a interdisciplinaridade necessária à discussão, mas em disciplinas com enfoque na questão expositiva observa-se maior ênfase na necessidade de debate, segundo os discentes e egressos do curso de museologia da UFPA. Foram citadas as disciplinas de Montagem de Exposição, Elementos da Exposição, Museografia<sup>30</sup>, Laboratório de Planejamento de exposições e Laboratório de desenvolvimento de exposições. “[...] na montagem de exposição [...] dava para a gente trabalhar não só a questão do espaço, mas de como a gente poderia desenvolver outras formas de preparar uma, não só o conteúdo, a parte escrita de como a gente vai adaptar aquele conteúdo pra pessoas, né, com necessidades especiais” (SILVA, Rayana Alexandra S. [Mar.2017] – Discente da turma de 2014).

Outras disciplinas citadas pelos egressos e discentes foram principalmente Educação Patrimonial, Teoria da Percepção Visual, Musealização do Patrimônio e Museologia e Comunicação. Houve também nas respostas uma ênfase em cursos voltados para o patrimônio, o que pode estar relacionado pelo fato que a maioria dos espaços culturais, principalmente museus em Belém, estarem em prédios tombados, há uma dificuldade de se pensar a acessibilidade, a preservação desses espaços “[...] a gente vê muito isso, sobre a questão do patrimônio, acessibilidade no patrimônio, e acho que é muito importante porque a gente estuda tanto isso, mas é a parte que menos se aplica dentro dos museus” (OLIVEIRA, Bruno Nascimento. [Mar.2017] – Discente da turma de 2013). Rosangela Britto e Luiz Borges (2011) atentam que:

Que os museus na região amazônica, em destaque do Estado do Pará estão em dialogo com as modificações, ou transformações, realizados no cenário da política museológica, consubstanciado pelos profissionais que atuam no campo museológico. Mas, também, podemos dizer que, em geral, os museus da Região Norte, regulamente abertos à visitação pública, *não são suficientemente dinâmicos para acompanhar as transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas*, as inserções em seu entorno e, portanto, falta-lhes uma capacitação adequada do campo da Museologia e do Patrimônio para melhor servir a sociedade (BRITTO, BORGES. 2011. p.163, grifo nosso).

---

<sup>30</sup> Resposta de um egresso da primeira turma do curso de museologia: “com a reestruturação curricular não se tem mais uma disciplina com essa nomenclatura”.

Nesta concepção, não apenas dos espaços museológicos precisarem acompanhar as mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas no cenário da política museológica, mas o próprio curso de formação em museologia da UFPA, único da região norte do país. Com isso, destaco duas disciplinas citadas que contribuiriam de forma ampla, pois buscam um ponto de vista mais geral de discussão do que está acontecendo nos espaços museológicos atualmente, e a partir disso, uma melhoria para a construção de um espaço mais acessível.

Elas seriam a de Administração de Museus “[...] Considerando as diferentes grades curriculares, talvez a disciplina comum em que caberia tal assunto fosse Administração de Museus, já que é importante entender que o tema da acessibilidade está presente em todos os processos de constituição de um museu” (SANTOS, Christiane Sofia G. [Mar.2017] – egresso turma 2010). E a disciplina de Estudos de Público “[...] os Estudos de Público [...] porque é aí que a gente vai considerar um público diverso, né, para poder falar dessa questão da acessibilidade, então eu sei que [...], eu tenho que desenvolver uma questão dessa temática por conta de um público diversificado que se ampliou no museu, a gente tem surdos, a gente tem pessoas deficientes visuais que vão à exposição, que frequentam o museu, e qual é a opção que a gente tem para elas? Então eu acho que é o estudo de público, que a gente passa por uma pincelada de público só. Foi em Laboratório de Exposição que a gente discutiu essa questão da elaboração da exposição, e como é que a gente tem essas considerações se a gente não tem estudo nenhum de público de acessibilidade nem nada?” (MOURA, Vivian Leticia. [Mar.2017] – Discente da turma de 2013).

Espera-se que o perfil do profissional formando no curso de museologia enfatize o próprio campo disciplinar da museologia e patrimônio, e ao mesmo tempo abra-se às interfaces disciplinares com outras áreas de conhecimento. Que o curso apanhe para si a responsabilidade de pensar um museu inclusivo, que considere públicos comumente estão à margem de políticas de valoração, quando a pauta é desconstruir o que os espaços museológicos são hoje, falar de acessibilidade pode ser de grande ganho “[...] Tendo em vista a multiplicidade de visitantes que os locais de atuação dos museólogos podem ter, de forma que possamos reconhecer e atender todos os tipos de necessidades e anseios dos que permeiam o espaço e possibilitam infinitas experiências” (SOUZA, Lucimery Ribeiro. [Mar.2017] – egresso turma 2009).

Pois o perfil do egresso do curso de museologia, segundo seu atual Plano Político Pedagógico (2011), é “qualificado para planejar, organizar, administrar e supervisionar museus, exposições de âmbito nacional ou internacional, laboratórios e serviços de documentação e conservação de coleções, bem como programas sócio/educativos e culturais”;

assim como ser “Habilitado a fomentar alternativas de ação social e desenvolvimento sustentável, nos grupos onde atua.” Dentro dos conhecimentos esperados e seguindo o que Maria Machado (2012 apud NEVES 2005), aponta que o mercado exige dos profissionais novas competências para a adaptação ao trabalho; portanto, as universidades ficam a missão de desenvolver novas estratégias que permitam mudar os currículos, procurando adequar o programa docente a demanda do mercado.

No próximo tópico pretende-se discutir como uma disciplina voltada para a Acessibilidade Cultural apoiaria a desconstrução de uma aprendizagem superficial sobre o tema, mas construiria não apenas um ponto central de discussão dentro do curso, mas também para uma consciência de que se precisa uma reflexão interdisciplinar.

### **3.1 - A Inclusão de uma disciplina de Acessibilidade Cultural no Curso de Museologia UFPA**

Chagas (2011) destaca que não basta lutar para que os movimentos sociais tenham acesso aos museus. Isso é bom, mas ainda é pouco. O desafio é democratizar a ferramenta museu e colocá-la ao serviço dos movimentos sociais; colocá-la a favor, por exemplo, da construção de outro mundo, de outra globalização, com mais justiça, humanidade, solidariedade e dignidade social. Diante disso, aqui se coloca o museólogo como ferramenta a serviço dos movimentos sociais, mais especificamente dos das pessoas com deficiência, e com base em alguns princípios que norteiam o PDI/UFPA 2016-2025, que são a Diversidade, Diferença e Inclusão que tendo como referência a ideia de política curricular culturalmente orientada e a garantia de acesso e trajetória acadêmica – as ações de ensino, pesquisa e extensão deverão primar pela associação da qualidade à equidade, considerando a diferença e a diversidade, assumidas como questões culturais e constitutivas das relações produzidas nesse nível, o que implica em ultrapassar práticas direcionadas unicamente à tolerância para enfrenta-las e inseri-las no conjunto das desigualdades socialmente produzidas.

Apoiando-se nessa construção de diversidade frente ao contexto amazônico, fez-se necessária a consulta aos egressos e discentes se há relevância em uma disciplina voltada para a acessibilidade cultural, e de que forma contribuiria para o seu campo de trabalho ou pesquisa atual. Considerando essencial a experiência dos docentes entrevistados em sua área de atuação, foi perguntando o que essa disciplina acrescentaria na formação do museólogo.

Eu acho, eu acho que é super importante, porque apesar de a gente falar nas disciplinas, a gente acaba não aprofundando, você fala mais não aprofunda e é um tema assim tão importante que é necessário um aprofundamento maior das discussões, inclusive de propor mesmo é [...] métodos, porque a gente acaba falando em acessibilidade, mas fica muito por alto, e aí, vamos pensar em acessibilidade na prática, eu penso assim [...] tipo ambiente expositivo, entrar nos museus e verificar, mais prático nesse sentido” (SILVA, Ana Daniela N. [Mar.2017] – Discente turma de 2014).

Especificar uma disciplina voltada para a Acessibilidade Cultural é uma forma de pontuar a necessidade de se falar sobre o assunto de forma mais ampla, que a partir de sua inclusão no currículo do curso, faça-se atentar tanto para o discente como para os docentes sobre a necessidade de se discutir sobre o tema, mas não se pensar que a criação de uma disciplina desassocia-se da necessidade de ampliar o tema para outras disciplinas ofertadas.

[...] na formação do museólogo, na formação dos docentes, sabe, porque acaba que uma disciplina que trate de acessibilidade, vai forçar que algum de nós, um docente se debruce em estudar, em pesquisar, em vê esses conteúdos de uma forma mais intensa, e eu acho que a gente acaba chamando atenção politicamente do profissional, da importância da acessibilidade porque pra gente não fazer profissionais igual a mim, entendeu, que saiam daqui achando que acessibilidade é rampa, coisinha em Braille e um fone de ouvido com explicações, acessibilidade vai muito além disso, então eu acho que sim, era bom ter um” (COSTA. Sue. [Mar.2017] – Docente do curso).

Jailton Gomes<sup>31</sup>, pedagogo da Faculdade de Artes Visuais (FAV), ao ser indagado se é necessário uma maior aproximação entre os cursos e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social (NIS/UFPA), ligado à Pró-Reitoria de Ensino da Graduação (PROEG), que tem como missão “contribuir para a implementação de políticas acessíveis no âmbito da UFPA, no intuito de garantir a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, de comunicação e informação, de tecnologias assistivas e pedagógicas para o público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.”<sup>32</sup> Ele aponta que:

[...] os núcleos de inclusão são fundamentais para dar suporte a praticamente todos os membros da comunidade universitária: aos docentes, no âmbito da formação continuada em práticas didático-pedagógicas inclusivas segundo as especificidades de cada cursos e das necessárias e possíveis adaptações curriculares específicas de cada discente PcD; aos discentes, tanto ao grupo quanto ao próprio PcD individualmente, com ações e atitude de auxílio, tendo em vista possibilitar ou favorecer um bom percurso acadêmico, desde o ingresso até a integralização; também quanto aos técnicos administrativos que precisam também de formação em serviço, por assim dizer, para atender as pessoas com deficiências (GOMES, Jailton. [Mar.2017] – Pedagogo da Faculdade de Artes Visuais).

---

<sup>31</sup> Os dados obtidos com ele foram levantados por envio de questionário.

<sup>32</sup> NISUFPA. Missão. Disponível em: <<http://proegnis.wixsite.com/nisufpa>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

Como já foi abordado no primeiro capítulo, não se tem uma forma de acessibilidade, mas existem vários métodos que se precisa atentar a vários caminhos da formação, estimulando o debate e a produção de trabalhos relacionados ao tema, além de atentar que a acessibilidade pode ser e é interdisciplinar, e deve ser discutida considerando as perspectivas que tangem a formação do museólogo.

Penso que a talvez uma forma mais efetiva de atuação do NIS seria implementando pequenos núcleos por Instituto, agindo, portanto, de forma descentralizada e mais próxima da sala de aula e da formação específica da área de conhecimento de cada curso (GOMES, Jailton. [Mar.2017] – Pedagogo da Faculdade de Artes Visuais).

Ao indicar no seu Projeto Político Pedagógico o desejo de formar profissionais não somente para a prática, mas para a utilização ética de seus conhecimentos, desejando que o ambiente universitário propicie aos discentes experiências que os levem a refletir sobre conceitos já existentes, testar pressupostos e estimular seu crescimento intelectual e emocional. Proponho que se faz necessário rever o desenho curricular do curso de museologia da UFPA, no sentido de não somente incluir o estudo e as práticas voltadas ao público com deficiência como a parte dessa reflexão, mas de certa forma propor objetivos mais amplos de formação integral do indivíduo/discente, no intuito de promover mudanças em seus conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e aspirações, para que se torne um cidadão crítico-reflexivo, pesquisador de realidades e finalmente um profissional qualificado, agente potencial de mudanças. Neste sentido, faz-se necessário refletir até onde se limita a inclusão proposta em seu plano político pedagógico “[...] não só pela questão de se discutir isso porque é atual, mas porque existem pessoas que necessitam que a gente estude isso” (OLIVEIRA, Bruno Nascimento. [Mar.2017] – Discente turma 2013). Assim apresento outras considerações dos discentes e egressos que corroboram para essa perspectiva:

[...] Uma disciplina voltada especificamente para acessibilidade é importante para entendermos o papel do museu e principalmente, nosso papel enquanto museólogos, na aproximação do público com a instituição e na difusão do conhecimento (SANTOS, Christiane Sofia G. [Mar.2017] – egresso turma 2010).

Olha eu acho que sim, é muito importante, eu tive uma experiência, né, que foi lá no CAS<sup>33</sup>, de aprender um pouco, né, sobre a questão da acessibilidade, no caso com pessoas com deficiência auditiva e foi, era muito importante vê que, assim as pessoas elas, precisam disso sabe, mas elas não tem nenhum meio, e quando gente vai para dentro dos museus a gente assusta com a total ausência das pessoas, e com a exclusão que isso causa nas pessoas dentro desses espaços” (SILVA, Rayana Alexandra S. [Mar.2017] – Discente turma 2014).

---

<sup>33</sup> Centro de Capacitação de profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez.

Através das respostas dos discentes e egressos em que considerando sua área de atuação responderam como poderia ser aplicada ao tema, percebe-se a importância de um debate interdisciplinar sobre o assunto. Para atingir o objetivo da inclusão e integrar as populações na sua ação, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários (DECLARAÇÃO ..., 1984).

Levando em consideração a interface entre os campos da Museologia e da Comunicação, minha área de concentração, a disciplina voltada para *Acessibilidade Cultural* contribuiria na ampliação do meu olhar para obtenção e reflexão de dados acerca da maneira como as informações e atividades museológicas têm chegado aos diversos públicos, cumprindo a função social do museu e fazendo com que todos se sintam incluídos (SOUZA, Lucimery Ribeiro. [Mar.2017] – egresso turma 2009).<sup>34</sup>

Conciliando a indispensabilidade de se conversar sobre acessibilidade dentro do curso de museologia e os objetivos estratégicos para o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA para os próximos dez anos, pensar em uma perspectiva em que a formação de um profissional que articule o seu campo disciplinar específico da Museologia e Patrimônio às interfaces interdisciplinar, que reflita a acessibilidade em espaços culturais não é algo utópico, mas para isso é preciso que o curso tencione em favor dessa mudança (Quadro 2).

Quadro 2. Descrição dos objetivos estratégicos da perspectiva resultados institucionais.

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO
<i>Resultados Institucionais</i>	<b>Valorizar a diversidade nos processos formativos.</b>	Incorporar a perspectiva da diversidade em todas as formações ofertadas na instituição.
	<b>Formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.</b>	Formar e capacitar profissionais com competência técnico-científica e consciência ética para o exercício profissional crítico e autônomo que contribua para o desenvolvimento regional com responsabilidade social.
	<b>Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.</b>	Produzir, divulgar e transferir saberes e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, para a preservação dos ambientes naturais e para o reaproveitamento de recursos.

Fonte: PDI/UFPA 2016-2025.

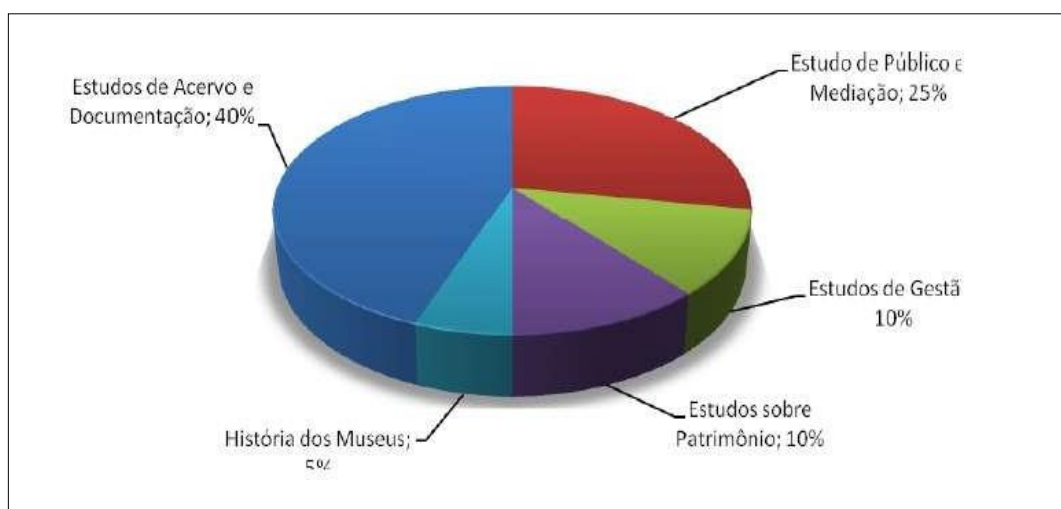
<sup>34</sup> Área de atuação/concentração: Museologia Aplicada, com ênfase em Estudo de Público, Comunicação e Exposição Museológica.

O primeiro objetivo estratégico disposto na tabela acima a “Valorizar a diversidade nos processos formativos” (PDI 2016-2025 UFPA), requer a incorporação da reflexão da acessibilidade em diferentes meios de aprendizagem, inovar ao levar em debate em que aproxime e reflita métodos que garantam a conservação e acessibilidade, por exemplo, inserida na discussão proposta aqui, Christiane Santos (2017) aponta:

Na área de conservação ainda não há estudos relacionados à acessibilidade, porém, o museólogo não pode limitar seu pensamento a apenas uma área considerando que o museu é uma instituição que precisa manter um diálogo em todas as suas instâncias. De que valeria o processo de conservação que o público não consegue receber a informação que o objeto possui? Por isso, o estudo sobre acessibilidade possibilitaria entender o papel que cada um tem dentro de uma instituição museológica e para quem se está querendo comunicar, não esquecendo que a difusão do conhecimento a todos é um dos pilares dos museus (SANTOS, Christiane Sofia G. [Mar.2017] – egresso turma 2010).<sup>35</sup>

Dialogar entre esses dois campos torna-se ainda mais importante, considerando que, segundo Hugo Menezes (2014), o Estudo de Acervos e Documentação é representativo das pesquisas museológicas nos trabalhos de conclusão de curso dos discentes de museologia. O autor aponta o número expressivo de trabalhos sobre acervos arqueológicos e paleontológicos, e que o Estudo pode ser reflexo do perfil do desenho curricular do curso da UFPA, que investe pesadamente nesta vertente, bem como da atuação de docentes paleontólogos ligados ao curso e da relevância do Museu Emílio Goeldi, detentor de acervos de paleontologia, na vida social da cidade de Belém e na História dos Museus brasileiros (Figura 14).

Figura 14. Panorama das pesquisas dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes de Museologia UFPA<sup>36</sup>



Fonte: Hugo Menezes (2014, p. 68).

<sup>35</sup> Área de atuação/concentração: conservação de acervos.

<sup>36</sup> O gráfico considera os trabalhos de conclusão de cursos produzidos até 2014, e não inclui os TCCs após esse ano.

Outro grande grupo de trabalhos volta-se para o Estudo de Público e Mediação, que deveria priorizar essa temática, nas pesquisas voltadas para a acessibilidade é pouco expressiva. Menezes (2014) coloca que os estudos de público e mediação detêm 25% do total de trabalhos. São três pesquisas sobre o perfil do público visitante e duas exclusivamente sobre mediações e visitas orientadas. Tais estudos conectam-se com uma vertente recorrente nas pesquisas no campo museológico e são relevantes na reflexão sobre a prática desses espaços museais.

Olha, eu acredito que ela seria de grande relevância por conta de a gente tá voltado hoje não só para a conservação dos objetos, mas para o público que visita esses museus [...] eu acho de grande relevância a gente ter uma disciplina e como isso contribui com o museólogo. Porque o museólogo é visto apenas voltado para a conservação, eu não sou desse lado, então também temos que discutir o outro lado que a museologia tem, a museologia três tipos de atuação, a comunicação, a conservação e a pesquisa e documentação, mas que não é voltado para esse segmento (MOURA, Vivian Letícia. [Mar.2017] – Discente da turma de 2013).

Considerando a Educação e inovação e tecnologias ganha-se novas perspectivas sobre o tema da acessibilidade. Segundo Graziela Kaus e Aline Venture (2015), as Tecnologias da Informação e Comunicação vêm ampliando as possibilidades de participação das pessoas com deficiência, tanto no universo escolar quanto no mundo contemporâneo, com a inclusão no mercado de trabalho, abrindo possibilidades de acesso ao tipo de Tecnologia Assistiva.

Eu acho assim, como eu tô trabalhando na área de educação, tem algumas questões que estou esbarrando [...] eu tô trabalhando com jogo, alguém sugeriu assim ‘poderia trabalhar com Braille, dentro do jogo’, aí poxa, é interessante trabalhar com Braille, mas o meu curso a gente não estudou Braille, é coisas assim, a questão de deixar a plataforma online de alguns jogos, dá acessibilidade, mas não é aquela acessibilidade mais completa, não é uma coisa que a gente diz ‘olha isso aqui é para todo o público’, não, todo trabalho que a gente tá fazendo a gente tá descobrindo um limite (OLIVEIRA, Bruno Nascimento. [Mar.2017] – Discente turma 2013).<sup>37</sup>

Conforme apontam Graziela Kaus e Aline Venture (2015), com o avanço da tecnologia, a educação vem sendo a base da formação de cidadãos, onde é preciso preparar profissionais para dominar o potencial educativo que a tecnologia oferece. Nesse contexto, os avanços tecnológicos acabam proporcionando possibilidades de informação e comunicação que vem transformando a maneira de interação de diversos comportamentos e relacionamentos, já que ao mesmo tempo acaba quebrando o paradigma de relacionamento entre indivíduos. A Acessibilidade Cultural não está ligada apenas às condições físicas de participação, mas a possibilidade de ser pensar novas tecnologias que contemplem este público.

---

<sup>37</sup> Área de atuação/concentração: Educação e Tecnologia.

Somente “dois trabalhos tomam a gestão museológica como tema de investigação, que correspondem a 10% do total de TCC’s defendidos” (MENEZES, 2014, p. 69). Apesar de discussão em menor número, a gestão museológica traz uma contribuição relevante em se tratando de acessibilidade, podendo ser um meio de conexão entre esses dois campos, seja como uma maior participação das PcD nos espaços museológicos como público e seja como participantes dessa construção de uma estrutura inclusiva com a elaboração do seu plano museológico. Ana Nogueira (2017) justifica a inclusão segundo sua área de atuação:

Eu acho que dentro do meu campo de pesquisa ela ia contribuir para pensar é o conceito de participação, na construção, participação da comunidade do entorno dos museus na construção do plano museológico, eu trabalho no projeto de construção do plano museológico do museu da UFPA, então quando a gente vai a campo, quando a gente vai pesquisar, é a relação do museu com o público, existem autores que falam muito desse conceito de participação deles, para eles participarem desse processo, pro museu saber o que eles acham, o que eles estão esperando do museu, inclusive tem uma autora é, eu tô lendo um texto dela Camila, mas não lembro bem, infelizmente, o sobrenome dela agora, e ela fala disso, fala dos conceitos de participação, como os museus, eles estão atendendo as demandas do público, como o público está participando de fato, do projeto, na elaboração do plano museológico, ideias, com sugestões superficial, então eu acho que dentro dessa vertente deveria ser considerada a opinião das pessoas que necessitam de acessibilidade nos museus, a gente finda não buscando esse público, você não busca essas pessoas numa pesquisa de público, o surdo o mudo, o cadeirante, a gente acaba não conversando muito com esse público, talvez no processo de auto avaliação do museu seja para a construção de programas, seja para outra avaliação qualquer, esse público deva sim, se buscado, ser considerado, ele é meio silenciado em nossas pesquisas de público (SILVA, Ana Daniela N. [Mar.2017] – Discente turma de 2014)<sup>38</sup>.

O segundo objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional é “formar profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania” dentro desse seguimento ainda é apontado possuir “consciência ética”, “profissional crítico” e “com responsabilidade social” (PDI/UFPA 2016-2025). Partindo da ideia de que uma disciplina voltada para a acessibilidade cultural constituiria um elemento fundamental para os futuros profissionais museólogos, como sujeitos que podem militar para que a inclusão não fique apenas na teoria, fazendo da acessibilidade um item essencial em qualquer campo de atuação.

Penso que a disciplina poderia contribuir nas reflexões teóricas associadas ao trabalho dos Museus. Além disso, poderia contribuir com certeza em questões práticas no planejamento e desenvolvimento de atividades museológicas nas quais a acessibilidade é imprescindível, considerando o aparato ao público em conhecer, interagir, cuidar, valorizar, e fazer parte do Patrimônio, de forma inclusiva e digna de respeito a todos (AZULAI, Luciana Cristina O. [Mar.2017] – egresso turma 2011).

---

<sup>38</sup> Área de atuação/concentração: Documentação e Gestão.

É uma necessidade urgente que a gente tem dos museus permitirem todos que vão as exposições, compreendam as exposições, é um tipo de acesso, cada vez mais a gente vê isso através de legislação, por exemplo, tem ensino de LIBRAS, que já é obrigatório em curso de licenciatura [...] então, porque que o museu não seria um espaço desses que também têm obrigação de atender públicos com dificuldade de compreensão, de visão, de locomoção [...] a gente sempre se preocupa com a acessibilidade em relação ao estrangeiro, por exemplo, então lá temos que ter legenda em português e a legenda em inglês, que é um tipo de acessibilidade que a gente dá para o público estrangeiro, acreditando que a maioria dos estrangeiros vai compreender os textos em inglês, mas também quando a gente diversifica a linguagem escrita para um público que é analfabeto, que tem alguma deficiência em relação à alfabetização, com dificuldade de ler e decodificar o que tá escrito também é acessibilidade, não é somente cego, não é somente o cadeirante, enfim acessibilidade é um conceito bem grande, isso precisa ser esclarecido e debatido também, em uma disciplina que seria perfeita (CABRAL. Marcela. [Mar.2017] – Docente do curso).

O terceiro objetivo estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional é “Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável” (PDI/UFPA 2016-2025). Percebe-se o engajamento pelo desenvolvimento sustentável tanto no que diz respeito ao Plano Político Pedagógico do curso de museologia, que assume os “novos desafios que permitam a inter-relação entre Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, no que tange à futura atuação do museólogo frente aos museus da região amazônica e o envolvimento ético nas comunidades.” Como no PDI/UFPA 2016-2025, que pretende atuar “na formulação de políticas e contribuindo, significativamente, para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a projeção da Amazônia no âmbito nacional.” E nesse envolvimento tem que se levar em consideração a acessibilidade, pois quando não se tem inclusão, não se tem desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade pode ser desenvolvido através de três matrizes discursivas, sendo uma delas “a qualidade de vida” e o “modelo da cidadania”, sendo que a palavra cidadania retorna ao seu espaço de origem – a cidade – sobrepondo-se ao sentido até aqui dominante, referido ao Estado-Nação, na qual se aborda sobre a vida quotidiana da população urbana, e do conjunto das políticas públicas a ela relacionadas. Uma sociedade sustentável é aquela que exercita a democracia, a participação e os direitos humanos, onde um dos pilares fundamentais é o acesso de todas as pessoas a todos os espaços de forma inclusiva (BORGES, 2014 apud ACSELRAD, 2001, p. 34, grifo do autor).

Qualidade vida para toda e qualquer pessoa, sem distinção, é necessária para que se possa finalmente idealizar a estruturação de um desenvolvimento realmente sustentável. Jorge Borges (2014) comenta que a Consulta Regional das Américas sobre Desenvolvimento e Deficiência trouxe como um de seus resultados que a acessibilidade seja estabelecida como um aspecto inerente ao desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos, a ser aplicada em particular no campo da arquitetura e do urbanismo, do transporte e da mobilidade urbana, da cultura, no campo tecnológico em geral e nas tecnologias da informação e da comunicação.

Dessa forma, é necessário buscar elementos estruturais que possam refletir a importância da acessibilidade como um elemento fundamental da sustentabilidade. Destaca-se aqui, acessibilidade como um conceito amplo, um direito de que todas as pessoas tenham a possibilidade de usufruir de recursos e ações no âmbito social e ambiental. As barreiras arquitetônicas, de atitude e comunicação interferem na vida de muitas pessoas excluindo-as do meio social. Uma sociedade sustentável deve ter como premissa básica a participação democrática de todos seus habitantes em bens e serviços em condições de igualdade (BORGES, 2014, p. 18).

Dissociar a acessibilidade quando se constrói princípios pedagógicos que enfatizam o desenvolvimento sustentável é no mínimo contraditório. É preciso refletir se houve mudanças perceptíveis, sendo em forma de uma disciplina específica que venha a discutir a acessibilidade cultural ou interdisciplinarmente, de modo não superficial. O fato de o curso de museologia ser aberto para o diálogo sobre o tema não é uma questão de benevolência para com quem necessita de acessibilidade, mas faz-se necessária por uma questão dos direitos que não estão sendo respeitados, por uma ética profissional e princípio social que vem comumente como pauta em sala de aula, e também por um dever de inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio de bibliografias selecionadas, pode-se perceber a interdisciplinaridade exigida para uma sociedade inclusiva, e de como o direito adquirido pelas pessoas com deficiência pouco está sendo considerado nos espaços culturais, e como hoje a acessibilidade cultural é um fator importante a ser discutido, além do importante papel das universidades em oferecer uma formação que integre a ideia de inclusão, principalmente nos cursos de graduação.

A participação dos discentes, egressos e docentes do curso de museologia da UFPA trouxe contribuições relevantes que evidenciam as reflexões na perspectiva da acessibilidade que considere a diversidade do público ajudaria na formação de profissionais que atuariam em diversificados campos de concentração dentro da visão da museologia.

Entende-se que os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de incorporar na formação museólogo a habilitação na área de acessibilidade cultural, para a valorização dos espaços museológicos como espaços de inclusão, frente aos desafios atuais e futuros de uma sociedade que atenda as diferenças sem segregação de grupos sociais, objetivando que o curso de museologia UFPA continue inovando em suas reflexões, fomentando o debate sobre o tema da acessibilidade no campo cultural, de forma mais abrangente no âmbito da museologia e no contexto da Amazônia.

A partir deste estudo conclui-se que a oferta de uma disciplina específica de Acessibilidade Cultural seria um método propositivo para enfatizar a necessidade dessa abordagem, contribuindo para a interconexão entre as disciplinas ofertadas na grade curricular do curso de museologia da UFPA. Propõe-se que a disciplina proposta seja ofertada no quinto semestre, visando o diálogo com outras disciplinas, principalmente aquelas citadas pelos discentes e egressos, tais como Educação Patrimonial e Elementos da Exposição, visto que essa última tem em sua ementa o debate sobre acessibilidade em exposições, podendo ainda subsidiar as atividades acadêmicas do semestre seguinte em relação à temática da acessibilidade, especialmente nas disciplinas Desenvolvimento Sustentável e Mídia, Tecnologia e Museus, considerando a aplicação de novas tecnologias que auxiliam na inclusão dos PcD nos espaços culturais.

Apoiando-me no trabalho desenvolvido por Miguel Chacon (2004), no qual o autor sugere uma ementa compatível com a disciplina proposta, que poderá ser implantada e reestruturada acatando as especificidades de cada curso, assim como do referencial teórico metodológico pelo docente que irá ministrá-la. Apoiando-me ainda no conteúdo do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural do Rio de Janeiro,<sup>39</sup> proponho a ementa:

Políticas públicas em acessibilidade cultural, estudo de diferentes recursos e linguagens acessíveis, reflexões sobre inclusão dentro dos aspectos éticos/políticos da museologia e as especificidades da acessibilidade e sua relação com as demais disciplinas curriculares da formação do museólogo.

Espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para repensar a formação das futuras turmas de museologia, considerando a possibilidade de adotar uma postura positiva em relação à acessibilidade, diante das transformações sociais e tecnológicas na sociedade contemporânea.

Que futuramente se possa vislumbrar o incremento das pesquisas e inovação dos trabalhos voltados para a acessibilidade, promovendo a formação de profissionais críticos, capazes de atuar como mediadores em prol da inclusão das pessoas com deficiência nos espaços culturais.

---

<sup>39</sup> FACULDADE de Medicina. Especialização em acessibilidade cultural. Disponível em: <<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

## REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050:2015. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT NBR 9050/2004. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. In: RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flávia Maria de Paiva (Coord.). **Versão Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BORGES, Jorge Amaro Souza. **Sustentabilidade & Acessibilidade**: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas! Brasília: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.jorgeamaro.com.br/Livro-Jorge%20Amaro.pdf>>

BRITTO, Rosangela; BORGES, Luiz. Desafios na Formação do Museólogo frente à Demanda Social dos Museus da Região Amazônica, Universidade Federal do Pará – Brasil. In: II SEMINÁRIO DE INVESTIGACIÓN EM MUSEOLOGÍA DE LÓS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2011. Buenos Aires, **Annales....** Buenos Aires, 2011.

CARTILHA DO CENSO 2010. **Pessoas com Deficiência**. [Luiza Maria Borges Oliveira]. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/ SNPD, 2012.

CARVALHO, Ingrid David Alvez. **Acessibilidade, cidadania cultural e direito social**: uma análise dos espaços culturais da ONG Solar Meninos de Luz e criação de uma proposta de política cultural de Acessibilidade para a instituição. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

CHACON, Miguel Claudio Moriel. Formação de Recursos Humanos em Educação Especial: respostas das universidades a recomendação da Portaria Ministerial n. 1.793. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.10, n.3, p.321-336, set.-dez. 2004

CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 41, 2011.

COHEN, Regina; DUARTE; Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p. (Cadernos Museológicos, v. 2).

COSTA, Darcilene Batista. **Tela interior**: público cego em museus de arte o reverso revelado. Belém: IAP, 2002.

CURY, Marília Xavier. Museologia - marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, v. 18, n. 21, p. 43-73, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011. p. 611-612.

FREITAS, Amanda Campos de. **Acessibilidade Atitudinal**: formação de profissionais no atendimento à pessoa com deficiência em espaços culturais. 2014. 65f. Monografia (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO POLÍTICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. 1. ed. Brasília, DF: OEI, 2010.

KAUS, Graziela Marafia; BEM VENTURINI, Aline Dalm. Sociedade de adaptação e inclusão: a educação especial frente às novas tecnologias. In: PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira et. al. (Orgs). **Aprendizagem e acessibilidade**: travessias do aprender na universidade. Santa Maria: UFSM, 2015. 990p.

LEGISLAÇÃO SOBRE MUSEUS. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 159p. (Série Legislação, n.108).

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. (Série Legislação, n. 76).

MACHADO, Maria Elizabete Barbosa. **Análise Curricular dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia no Brasil**: busca pela acessibilidade. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MARANDINO, Martha. (Org.). **Educação em museus**: a mediação em foco. São Paulo: GEENF; FEUSP, 2008.

MARCELINO, Felipe Beltram. **Acessibilidade Comunicacional em ambientes culturais**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MARTINS, Patrícia Isabel de Sousa Roque. **Museus (In)Capacitantes – Deficiência, Acessibilidade e Inclusão em Museus de Arte**, v. 1. 398p. Tese. (Doutoramento em Belas Artes) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa, 2014.

MENEZES, Hugo. A Pesquisa Acadêmica na Museologia do Pará: impressões iniciais sobre as primeiras experiências de pesquisa dos discentes da Universidade Federal do Pará. SEBRAMUS, 1 2014. Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <[http://acrocaveiga.com.br/wp-content/uploads/2014/12/sebramus\\_2014.pdf](http://acrocaveiga.com.br/wp-content/uploads/2014/12/sebramus_2014.pdf)> Acesso em: 7. set. 2014.

MENSCH, Peter Van. **Modelos conceituais e suas relações com o patrimônio natural e cultural**. Bases Teóricas da Museologia, Apostila. Tradução: Tereza Scheiner. [s.n.t.], 2001.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Organização e Elaboração Raquel Trindade Borges. Belém: UFPA, 2016.

PORTO, Fernanda Guedes; NOBRE, Daniela Couto. O Sujeito aprendente no ensino superior: um olhar interdisciplinar. Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade. In: PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira et. al. (Orgs). **Aprendizagem e acessibilidade**: travessias do aprender na universidade. Santa Maria: UFSM, 2015.

PROPOSTA PARA REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO. Bacharelado em Museologia [organização do corpo docente do curso de Museologia]. Belém: UFPA/FAV, 2011.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais**: mediação e comunicação sensorial. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2015.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHEINER, Teresa Cristina. Patrimônio, museologia e sociedades em transformação: reflexões sobre o museu inclusivo. Conferência magistral O pensamento museológico contemporâneo. In: SEMINÁRIO DE INVESTIGACIÓN EN MUSEOLOGIA DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2. 2010. Buenos Aires. **Atas...** Buenos Aires: ICOM, ICOFOM, Universidade do Porto, 2010.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Formação de profissionais de Museus: desafios para o próximo milênio. SEMANA DE MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2. 1999. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1999.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 3, maio/jun. 2013.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TORRES, Juliana Grotti Vidal. O direito cultural da Pessoa com Deficiência. São Paulo. 2012. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos Culturais) – Universidade de São Paulo, 2013

ZEN, Daniel Dalla. O curso de museus e a museologia no Brasil. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. 1, p. 76-91, nov. 2015.